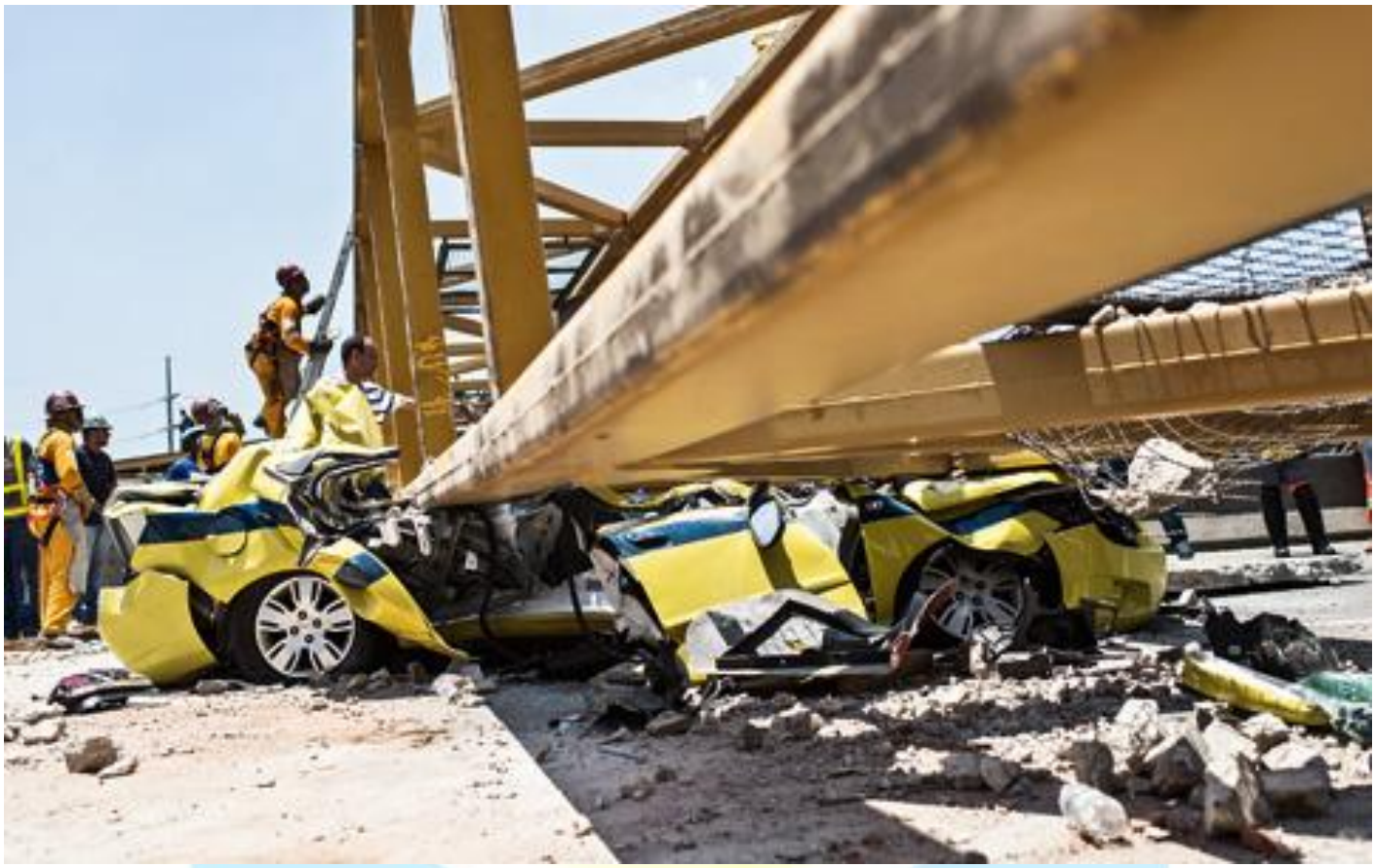
REVISTA REDAÇÃO	04
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 02/02/2014

No país da negligência (WILSON AQUINO, MICHEL ALECRIM e RAUL MONTENEGRO)

Combinação de irresponsabilidade do condutor, ausência de tecnologia e falta de fiscalização explica acidentes como o que matou cinco pessoas no Rio de Janeiro



IMPUNIDADE - Rio de Janeiro, terça-feira 28: caminhão com caçamba levantada destrói passarela e mata pessoas diante das autoridades de trânsito

ERAM 9 horas da terça-feira 28 quando Adriano Pontes de Oliveira, 26 anos, saiu de casa, na favela Águia de Ouro, em Inhaúma, zona norte do Rio de Janeiro, para o trabalho em uma agência bancária em outro bairro. Ele deveria atravessar a passarela sobre a Linha Amarela para pegar o ônibus. Mais ou menos no mesmo horário, a cinco quilômetros dali, Luiz Fernando da Costa, 30 anos, assumia o volante do caminhão com caçamba placa LLN 2225, em Água Santa, também na zona norte, com destino à região portuária. Costa resolveu cortar caminho pela Linha Amarela, apesar de saber que não poderia trafegar ali naquele horário, acelerou além do limite permitido de 80 km por hora e atendeu o celular. Motorista profissional há uma década, ele não temia a fiscalização, praticamente inexistente e comprovadamente ineficiente, e muito menos as multas irrisórias pelas infrações. Com a atenção desviada, não percebeu que a caçamba fora totalmente içada e, sem sensores que pudessem alertá-lo, seguiu em frente. A conjunção de negligências fez o que era previsto: 13 minutos depois, a caçamba derrubava a passarela e tirava a vida de Oliveira e de mais quatro inocentes.

A dona de casa Célia Maria, 64 anos, que atravessava a passarela para ir à feira, não aguentou o impacto que demoliu as 120 toneladas de concreto e caiu morta no asfalto. As três outras vítimas estavam em carros que passavam embaixo e foram esmagadas pelo entulho de aço que caiu sobre elas. No local, morreram o taxista Alexandre Gonçalves de Almeida e o motorista de um Palio, Renato Soares, 62 anos. No dia seguinte, faleceu no hospital o passageiro do Palio, Luiz Carlos Guimarães, 60 anos. Outras quatro pessoas ficaram feridas, entre as quais o motorista Costa. Pela Linha Amarela, circulam 130 mil veículos por dia. A via de 25 quilômetros conta com 51 câmeras e cinco radares de velocidade, além de três

sensores de asfalto, para fiscalizar a circulação de caminhões fora do horário permitido, e de 100 policiais militares, distribuídos em sete cabines e torres de vigilância, dois carros e duas motocicletas. Nos dez primeiros dias de 2014, a PM multou apenas 127 caminhões por trafegar fora da hora permitida. Um dia depois do acidente, surpreendeu 341, num aumento de 1.800%. São Paulo ainda não viu acidente nas proporções do ocorrido no Rio – mas corre o risco, se nada for feito. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), foram 22 colisões de caminhões com passarelas e pontes no ano passado na capital, causando um transtorno substancial para o trânsito já caótico da cidade, cortada pelas marginais Pinheiros e Tietê – vias repletas de pontes e por onde os caminhões são obrigados a trafegar. Apesar de representarem apenas 2% da frota paulistana, os caminhões contribuíram com 12% dos acidentes com vítimas da cidade.

ENTALADOS - Em São Paulo, é comum que carretas altas demais fiquem presas em viadutos, como o da avenida Pacaembu (ao lado) e do Bresser (no alto)

O acidente na Linha Amarela poderia ter sido evitado se já estivesse em vigor o projeto de lei, de autoria do deputado federal Antônio Bulhões (PRB-SP), que torna obrigatória a instalação de um alarme para alertar motoristas no caso de a caçamba estar levantada. Na capital paulista, por exemplo, onde a intercorrência mais comum é a de grandes veículos presos sob alguma ponte por ter altura indevida, a principal medida de prevenção da prefeitura são as chamadas vigas de sacrifício – portais instalados antes da entrada dos túneis para impedir o acesso de carretas muito altas. "Elas são a última linha de defesa para impedir que o veículo avance", afirma Ricardo Simões, gerente de produtos de uma empresa que desenvolve tecnologia para o trânsito. Especialistas de modo geral também pedem a instalação, em todo o Brasil, de mais radares medidores de altura e painéis luminosos que avisem o caminhoneiro sobre o excesso de altura antes de uma eventual batida. Mas o sociólogo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) Glaucio Soares diz que nenhuma medida adiantará se a falta de cultura cívica da população brasileira continuar. Um exemplo dessa incivilidade, segundo ele, é o perigoso hábito nacional de falar ao celular enquanto está dirigindo. Além da prática comum de tentar burlar os rodízios de veículos, muitos motoristas levantam a caçamba, por sinal, para esconder a placa e infringir a lei.

O presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), Claudinei Pelegrini, aponta a carência de mão de obra treinada como outro grave problema. De acordo com ele, atualmente, faltam mais de 100 mil caminhoneiros no setor de transporte do País, o que faz com que muitos veículos fiquem parados no pátio. "Quando chega um motorista com carteira, muitas vezes ele assume um equipamento que não está preparado para dirigir, sem sequer passar por um curso de capacitação", afirma Pelegrini. Estudioso de segurança e educação no trânsito, o sociólogo Eduardo Biavati atribui parte da responsabilidade às companhias que fazem o frete e deveriam monitorar se o veículo tem ou não condições de passar por

determinada rota. Especialistas também chamam a atenção para a falta de interatividade dos agentes de trânsito em casos de emergência. "De que adianta ter muitas câmeras se os operadores ficarem olhando como se estivessem vendo tevê? Tinha de ter alguém que não deixasse o caminhão entrar numa via proibida", afirma o engenheiro Fernando Mac Dowell. No ano passado, foram fiscalizados 7.170 veículos só em São Paulo, com 2.714 autuações por excesso de tamanho, mas o número ainda é baixo perto do exército de quase 150 mil caminhões na capital paulista – muitos deles, porém, vêm de fora e não entram na conta. No Rio, em 2013, foram aplicados 2.140.083 multas a veículos, das quais 123.372 a caminhões.

Apesar das falhas apontadas, a CET informa que o número de acidentes com carretas está caindo na cidade de São Paulo. A redução foi de 45% no ano passado em relação ao anterior, e o índice de acidentes envolvendo vítimas recuou entre 2011 e 2012. Especialistas ouvidos por ISTOÉ, porém, afirmam que o quadro só terá uma mudança efetiva se o valor das multas, que hoje é muito baixo para a maioria das infrações e acaba estimulando o não cumprimento das regras, for revisto. No Rio, a taxa é de R$ 85,13 e, na capital paulista, de R$ 127,69 para excesso de altura. O professor de engenharia de tráfego da Universidade de Brasília Paulo César Marques da Silva estima que há uma defasagem de 87% nesses preços. "É preciso que a multa de fato seja uma penalidade, e não um valor que se paga para cometer uma infração", diz.

WILSON AQUINO, MICHEL ALECRIM e RAUL MONTENEGRO são Jornalistas e escrevem para esta publicação. Fotos: YASUYOSHI CHIBA/AFP PHOTO; Mário Angelo/Folhapress; Adriano Lima / Brazil Photo Press. **Revista ISTO É, Fevereiro de 2014.**

Euzinho (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A MODERNIDADE é uma declaração de guerra à ideia de tradição. Mas nós, modernos, continuamos a não perceber isso, e o resultado é que suspiramos como bobos diante do que pensamos ser uma tradição, apesar de detestarmos qualquer sinal verdadeiro de tradição. Procuramos tradições em workshops xamânicos, espaços budistas nas Perdizes, livros baratos sobre como viviam os druidas.

São muitas as definições de tradição. Não vou dar mais uma, mas sim elencar atitudes que estão muito mais próximas do que é uma tradição do que cursos de cabala nos Jardins. Nada tenho contra estudar culturas antigas, apenas julgo um equívoco confundir a ideia de tradição com modas de uma espiritualidade de consumo. Não existe xamã na Vila Madalena. A cabala não vai salvar meu casamento. Meditação não fará de mim uma pessoa melhor no trabalho. Imitar a alimentação de monges tibetanos não aliviará minha inveja. Frequentar cachoeiras indígenas não fará de mim uma pessoa menos consumista. Tatuar palavras védicas não me impedirá de fazer qualquer negócio pra viver mais. Visitar templos no Vietnã não fará de mim alguém menos dependente das redes sociais. Desejar isso fará de mim apenas ridículo.

Uma tradição, pra começo de conversa, nada tem a ver com "escolha". Não se escolhe uma tradição. Neste sentido, muitos rabinos têm razão em desconfiar de conversos ao judaísmo por opção. Uma tradição funciona sempre contra sua vontade, à revelia de sua consciência, submetendo-a ao imperativo que escapa à razão mais imediata. A única forma de tradição a que a maioria de nós ainda tem acesso é a língua materna. Colocar os filhos pra dormir todos os dias é mais próximo do que é uma tradição do que estudar velhos símbolos indígenas ou brincar com eles em pousadas nas chapadas. Não poder sair à noite porque um dos filhos tem febre é tradição. Velá-lo durante a noite é tradição. Morrer de medo durante esta noite é tradição. Nada menos tradicional do que uma mulher sem filhos. Ela até pode aprender capoeira, mas será apenas iludida, se sua intenção for experimentar a tradição afro.

Nada tenho contra mulheres não terem filhos, digo apenas, de forma modesta, o que é uma tradição. Homens que sustentam sua mulher e filhos são tradicionais, mesmo em tempos como os nossos em que todo mundo mente sobre isso. Levar seus velhos ao hospital, enterrá-los, em agonia ou com absoluta indiferença, é tradição. Andar pela casa à noite pra ver se tem algum ladrão, enquanto sua mulher e filhos ficam protegidos no quarto, é tradição. Ser obrigado a ser corajoso é uma tradição, maldita, mas é.

Pular sete ondas numa Copacabana lotada nada tem de tradicional, é apenas chato. Tradição é ir pra guerra se não sua mulher achará você covarde. Lavar louça, fazer o jantar, lavar banheiros, morrer de medo diante do médico. Falar disso pra quem vive uma situação semelhante a você. Ter que passar nas provas na escola. Ter que ser melhor do que os colegas. Sangrar todo mês. Tradição é pagar contas, enfrentar finais de semana vazios e não desistir. É sonhar com um futuro que nunca chega. Engravidar a namorada. Ter ciúmes. Odiar Deus porque somos mortais. Ter inveja da amiga mais bonita, do amigo mais forte e inteligente. É cuidar dos netos. É educar os mais jovens e não deixar que eles acreditem nas bobagens que inventam. Tradição funciona como hábitos que se impõem com a força de um vulcão, de um terremoto, de um tsunami, de uma febre amarela. Nada tem a ver com se pintar como aborígenes pra defender reservas indígenas ou abraçar árvores.

Evolução espiritual é um dos top em quem quer "adquirir" uma tradição. Mas esta nada tem a ver com "buscar" uma evolução espiritual como forma de fugir de filhos que têm febre ou compromissos afetivos. A evolução espiritual verdadeira é algo que nos acomete como uma disciplina aterrorizante. Teste definitivo: você busca evolução espiritual pra aperfeiçoar seu "euzinho"? Lamento dizer que qualquer evolução espiritual (se existir) começa com você esquecer que seu euzinho existe.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **ponde.folha@uol.com.br**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

O prazer de matar (FERREIRA GULLAR)

NÃO passa uma semana sem que novos atentados matem dezenas de pessoas. Isso ocorre com mais frequência no Iraque, no Egito, no Afeganistão, na Síria, em países da África Central. Matar inocentes indiscriminadamente é difícil de entender. Toda vez que leio uma notícia dessas, surpreendo-me como se a lesse pela primeira vez.

Não há dúvida de que homicídio puro e simples não deixa de me espantar. De fato, tirar deliberadamente a vida de alguém é coisa que não compreendo nem aceito. Mas sei, como todo mundo, que, dependendo de seu temperamento, pode uma pessoa perder a cabeça e matar um suposto inimigo. Há, porém, pessoas que têm o prazer de matar e, por isso mesmo, fazem isso com certa frequência. Lembro-me de um jovem que foi preso logo depois de liquidar um desafeto. Quando o policial lhe disse que no próximo ano seria maior de idade e, se voltasse a matar alguém, iria para a cadeia, ele respondeu: "Pois é, não posso perder tempo".

No que se refere aos atentados, há os motivados por razões políticas e religiosas e há os que, ao que tudo indica, têm causas psíquicas, ou seja, o cara é pirado. Esses são os atentados tipicamente norte-americanos. Com impressionante frequência, surge um sujeito empunhando um revólver ou um fuzil-metralhadora que começa a disparar a esmo dentro de um shopping ou de uma universidade. Ele sabe que vai morrer e, quase sempre, é abatido por policiais. A loucura é certamente um componente desse desatino homicida. Não obstante, a gente se pergunta por que só acontece nos Estados Unidos. Será porque todo mundo lá tem armas em casa e aprende a atirar desde criancinha, no quintal de casa ou no porão? Os fabricantes de armas garantem que não, que não é por isso, mas tenho dificuldade de acreditar neles.

Esse tipo de atentado difere daqueles outros, cuja motivação é político-religiosa, e difere também, por seu resultado, não de um surto psicótico e, sim, pelo contrário, fruto de uma decisão tomada objetiva e friamente por um líder. A afinidade que há entre eles é o propósito de assassinar pessoas inocentes. E é precisamente este ponto que tenho maior dificuldade de aceitar. Por exemplo, um terrorista, com o corpo coberto de bombas, entra num ônibus escolar do país inimigo, explode as bombas e a si mesmo, matando dezenas de crianças. Não vejo nenhum sentido nisso, a não ser mostrar seu ódio ao adversário; e, nesse caso, por se tratar de crianças, mostrar que sua fúria homicida desconhece limites. É outra modalidade de loucura.

Mas há ainda os casos em que a fúria homicida mata indiscriminadamente pessoas de outros países, que nada têm a ver com os propósitos do atentado. Exemplo disso foi o caso das Torres Gêmeas, em Nova York, onde morreram quase 3.000 pessoas. O atentado visava os norte-americanos, mas matou franceses, holandeses e até muçulmanos. Nem mesmo se pode excluir, dentre as vítimas daquele atentado, pessoas que possivelmente apoiavam a causa defendida pelos terroristas. É a insensatez levada ao último grau, que só se explica pela cegueira a que leva o fanatismo religioso.

O que torna mais absurdo tudo isso é o fato de que o atentado terrorista não traz nenhum benefício a quem o projeta e o faz acontecer, a não ser satisfazer seus desejos homicidas. De fato, o terrorismo é a expressão da derrota política de quem o promove, a reação desesperada de quem sabe que não tem qualquer possibilidade de vencer o adversário e chegar ao poder. Mas, ao fim de tudo, não consigo na verdade entender tal desvario, mesmo porque, além do assassinato em massa de crianças e cidadãos quaisquer, que o terrorista nem sequer conhece ou sabe que matou, há fatos quase inacreditáveis.

Como o que ouvi da boca do chefe supremo do Hezbollah, na televisão. Ele afirmou que o menino-bomba, que praticou o atentado no ônibus escolar, em Israel, era seu filho e tinha 16 anos. E acrescentou: "O mais novo, que tem 12 anos, já está sendo preparado para se sacrificar por Alá". O curioso é que ele manda os filhos morrerem, mas ele, o pai, continua vivo.

FERREIRA GULLAR é cronista, crítico de arte e poeta. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Parafuso (CAETANO VELOSO)

No dia 5 de fevereiro, na sede da Anistia Internacional, no Rio, haverá uma reunião para abrir o debate sobre a possibilidade de o Brasil finalmente dar asilo a Edward Snowden. Nosso país é sua escolha preferencial

EDWARD Snowden é uma figura forte. Sua presença pública tem o sabor das entradas individuais que desencadeiam coisas grandes na cena do mundo. Jovem, ele parece um pouco o garoto que, em "E la nave va", deflagra, com um único gesto, a Primeira Guerra Mundial. Falo do personagem do filme e não do homem real que matou o arquiduque da Áustria porque é a captação poética do tipo de agente histórico que me interessa evocar. Snowden é a mostra de que vivemos um tempo cheio de presságios, esperanças, ameaças.

O presidente do seu país de origem, Barack Obama, um mulato que é o primeiro negro eleito para o posto e que representa, não apenas por isso, todo um mundo de ideias opostas às forças conservadoras, diz sobre ele o mesmo que diria um representante dessas forças: tendo optado por fazer do que descobriu uma denúncia pública, em vez de uma queixa interna, Snowden pôs a segurança dos Estado Unidos em xeque. Mas não há no mundo quem não pense que só a denúncia externa seria eficiente contra o que Snowden achou moralmente inaceitável.

Por uma volta caprichosa do parafuso da História, ele foi encontrar guarida num país em que o respeito às individualidades é oficialmente (e desde sempre) muito menos respeitado do que nos EUA: a Rússia. Não deixa de ser significativo — e, em grande medida, honroso — para nós que, vendo o tempo de refúgio temporário se esvair e querendo encontrar-se em ambiente mais confortável, ele tenha pensado no Brasil, começando a namorar-nos num texto vago, aparentemente escrito para sondar a reação das nossas autoridades, que poderá se traduzir em pedido oficial de asilo político caso exibamos simpatia. (Antes de conseguir o asilo temporário que a Rússia lhe concedeu, Snowden expediu pedido para 21 países, o Brasil entre eles, tendo sido atendido apenas por Bolívia, Venezuela e Nicarágua.)

No dia 05 de fevereiro, na sede da Anistia Internacional, no Rio, haverá uma reunião para abrir o debate sobre a possibilidade de o Brasil finalmente dar asilo ao americano. Glenn Greenwald, o jornalista a quem primeiro Snowden falou sobre os supergrampos da NSA, já disse que nosso país é sua escolha preferencial. E David Miranda, o namorado de Greenwald, é o autor da petição na Avaaz para que o governo brasileiro conceda o asilo a Snowden. Emocionalmente, é-me quase irresistível aderir à campanha de Miranda (que ficou horas preso no antipático aeroporto londrino de Heathrow sob suspeita de "terrorismo"). Não estou no Rio e não estarei lá no dia 5. Se estivesse, iria à Anistia para ouvir o debate e me sentir mais seguro para assinar a petição na Avaaz.

Falta-me, sobretudo pesar racionalmente a questão. No coração, desejo que Snowden venha morar no Rio e fique muito mais apaixonado pelo Brasil do que Ronald Biggs. Vivo num mundo de sonhos cor-de-rosa e ficaria feliz se um cara como o jovem americano se ligasse mais ao Jardim Botânico do que Brigitte Bardot se ligou a Búzios. Seja como for, sinto, sem piada, que seria um gesto bonito acolher Snowden. Claro que quero que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos possam melhorar e não sou tão desinteressado assim do assento brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Preferiria nada arriscar a perder oportunidades para o Brasil. Sou amalucadamente patriota. Mas é porque quero que se invente algo bom tendo o Brasil como pretexto. Claro que, num mundo ideal, eu teria meu Brasil acumulando poderes para redimensionar os valores por trás do Poder. Dessa perspectiva irrealista é que o asilo a Snowden me parece totalmente desejável. Mas não só. Há mil situações realistas entrelaçadas em diferentes instâncias dessa minha visão irreal. Faz uma semana, escrevi aqui uma série de maluquices sob a palavra "superstição". Sou esse tipo de cara. Eu mesmo não estou certo de onde começa e onde acaba a ironia em minhas ideias e em minhas frases. Deve ser o hábito da letra de música, coisa tão próxima à poesia. Basta-me que algumas palavras confusas cheguem a ser sugestivas. Aliás, nem é muito preciso dizer que isso me basta: não é que me baste, é que suponho que assim vou mais longe do que iria se me ativesse à prosa explicativa.

Sonho que, se nós chegássemos a persuadir a presidente Dilma a conceder o asilo a Snowden, uma luz nova se insinuaria na Terra. Isso é vivido agora de modo um tanto supersticioso: se chegarmos a convencer o nosso governo, é porque as forças inexplicáveis estarão sinalizando que algo quase maravilhoso vai dar pé. Vejam aonde um convite para ir à sede da Anistia Internacional me trouxe. E um convite a que nem posso atender.

CAETANO VELOSO é cronista e músico. **Jornal O GLOBO, Fevereiro de 2014.**

Triângulo amoroso gay e rolezinhos (MALU FONTES)

O BRASIL é um país engraçado. Aliás, todo país, por mais inóspito, conservador, rico ou pobre que seja, deve ter, claro, a sua graça. E os avessos dela, embora meio mundo tenha medo da palavra que os descrevem. Mas falar das graças internas é algo que sempre se faz com mais autoridade e domínio de causa. Veja-se agora: 2014 já deu as caras com os brasileiros se engalfinhando, das ruas aos novos fóruns de diálogos (ou rinhas) que a tecnologia hoje permite, entre dois temas que têm alterado os ânimos nacionais. Até aí tudo bem, pois de polêmicas e debates vive toda e qualquer sociedade. O engraçado aqui é o fato de o embate 1 ser completamente da esfera do ficcional e o 2 ser da ordem do concreto até não poder mais. Claro, fala-se aqui do triângulo amoroso gay da novela das nove (que para ficar ainda mais revolucionário é quase um quadrado, ao colocar como um vértice extra, e ainda na condição de vilã, uma mulher e quase mãe), e dos rolezinhos, o fenômeno que tem levado milhares de adolescentes da periferia para os templos de consumo.

Pois não é que o país está tematicamente dividido? Não se fala em outra coisa. Ora são os rolezinhos, ora é o trio gay da novela, tratados, os dois temas, seja com ódio profundo ou como se todos estivessem assistindo a uma revolução dos costumes nunca dantes vista na história deste país, tanto num caso como noutro. Imagina, num país latino, onde a homofobia mata, e mata muito, três homens ricos, brancos, belíssimos e bem- sucedidos disputando a costela um do outro, no típico desfecho "quem vai ficar com o mocinho". Nesse caso, diga-se, com o carneirinho, o primeiro gay pãe-solteiro (homossexual, pai e mãe de dois garotos) da teledramaturgia brasileira. Na outra esfera de arena, o pau literalmente quebra com os rolezinhos, cujos garotos que deles participam são objeto de uma diversidade de adjetivos que os dicionários mal dão conta de contemplar: para descrevê-los, o povo oscila entre 'adolescentes de bairros pobres' 'arruaceiros, ladrões e baderneiros'.

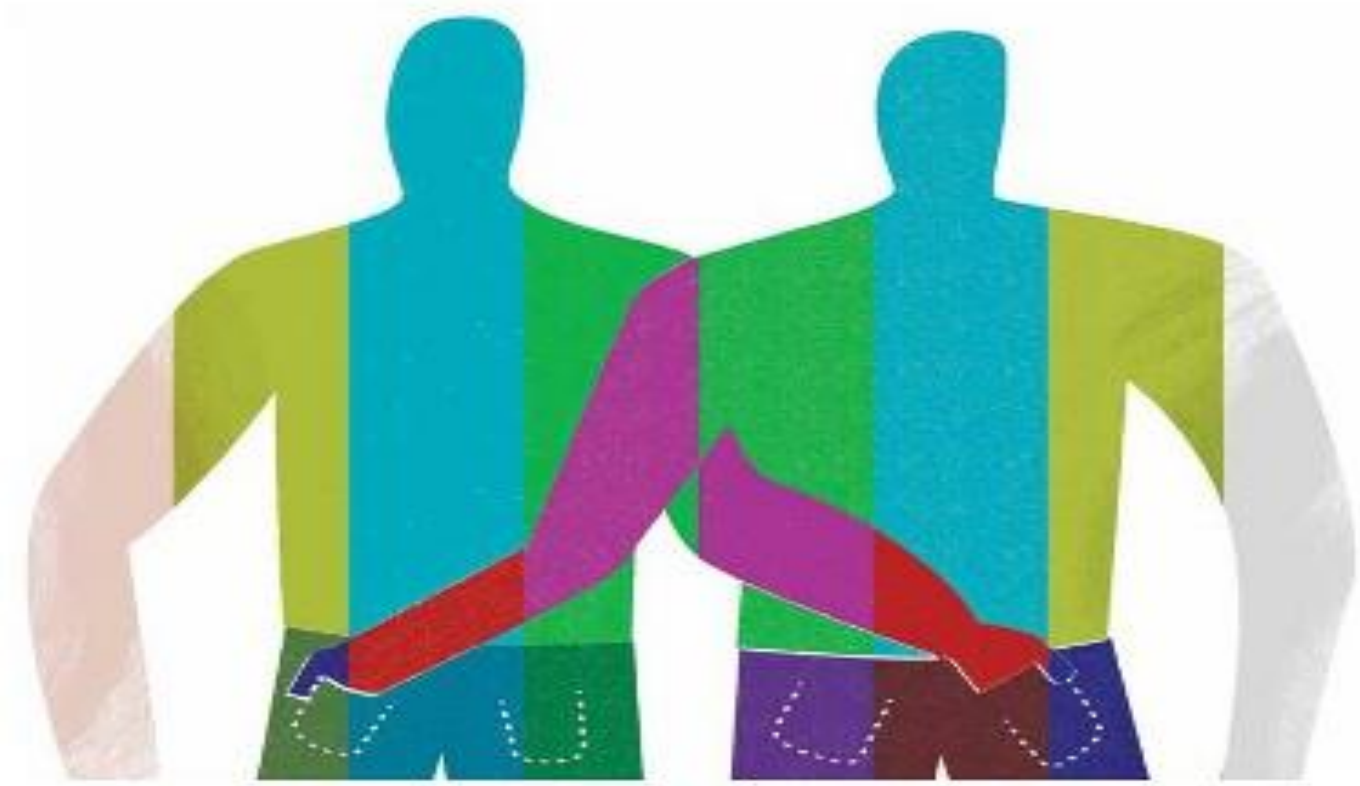
Da estranheza causada pelo fato de um tema tão concreto como as formas de comportamento de jovens moradores de periferia rivalizar, em interesse público, polêmica e debate, com um triângulo amoroso homossexual masculino de um relato ficcional, emergem outras duas, seja na fala das ruas, nos fóruns on line dos veículos de comunicação ou em qualquer rede

social. A primeira é o preconceito que pessoas tão ou mais pobres que os protagonistas dos rolezinhos manifestam contra eles e sua presença nos shopping centers. Sorry, mas não está valendo a máxima de que eles são sinônimos de ladrões. Veja-se em qualquer veículo de comunicação minimamente sério a quantidade de rolezinhos que já ocorreu nas principais cidades do país, o número estimado de jovens que deles participaram e a relação desses números com o de furtos. Rolezão mesmo que se preze é ver estampado nas manchetes de jornais locais e nacionais bandos armados até a medula entrarem em shoppings para assaltar de supermercados a joalheiras.

A outra estranheza é causada pela percepção de uma espécie de deformação atávica do telespectador brasileiro quanto aos supostos prejuízos intelectuais causados pela TV, sobretudo pela Rede Globo e por suas novelas. Trocar dois dedos de prosa como muita gente que se acha normalzinha porque leu uma orelha de livro de autoajuda vai levar ao que parece ser um consenso nacional: a culpa de tudo de ruim que há neste país é da TV. E, como é assim, muito interlocutor de mesa de bar, e agora de desktop ou teclado touch, empina o peito feito pombo de raça para dizer, orgulhoso, que jamais vê TV. Ah, tá. Com tanta gente não vendo TV e a audiência sendo tão grande, certamente esse público todo é composto por marcianos.

MALU FONTES é jornalista, doutora em cultura e professora de jornalismo da UFBA. **Jornal CORREIO, Fevereiro de 2014.**

Telenovela e LGBT: tudo a ver (JEAN WYLLYS)



Apesar de uma abertura das telenovelas a novas e produtivas representações da homossexualidade, a regra são tramas e conteúdos que recorrem aos estereótipos de homossexuais como forma de reafirmar e reproduzir as normas que sustentam a superioridade dos heterossexuais, bem como seus privilégios.

MESMO SENDO um dos produtos culturais mais consumidos (certamente é a forma de ficção mais consumida) num país com índices ainda alarmantes de analfabetismo e analfabetismo funcional; onde a educação formal de qualidade ainda é uma meta a ser alcançada; em que a ampla maioria da população não tem acesso às artes vivas nem a exposições de artes plásticas; e com poucos leitores de livros mesmo entre aqueles que estão no – ou concluíram o – ensino superior, a telenovela ainda é alvo do desprezo de parte expressiva da intelectualidade brasileira de esquerda (e, por extensão, alvo do desprezo ou do desinteresse de muitos políticos e lideranças de movimentos sociais orientados ou influenciados por essa parte da intelectualidade de esquerda).

Alheios – voluntariamente ou não – às novas teorias sobre a comunicação de massa e ao conhecimento produzido pelos chamados *estudos culturais*, esses muitos políticos e lideranças acabam por descartar algo que é essencial ao entendimento da mentalidade do povo brasileiro e seus desdobramentos políticos e à disputa pela (re)construção dessa

mentalidade: a telenovela. Esse desprezo tem, é preciso dizer, uma genealogia: ele é fruto da crítica marxista que os teóricos da Escola de Frankfurt – mais notadamente Adorno e Horkheimer – fizeram ao que chamaram de *indústria cultural*, ou seja, a conversão da cultura em mercadoria e o processo de subordinação da consciência à racionalidade capitalista, impulsionados sobretudo pelo advento dos meios de comunicação de massa (o rádio, o cinema e a TV).

Mas, a despeito desse desprezo em relação à telenovela, é crescente o número de estudiosos e ativistas políticos interessados em seu papel na (re)construção da mentalidade do povo brasileiro e em seus impactos nas relações socioculturais; entre esses ativistas e estudiosos, eu e outros integrantes dos movimentos LGBTs nos incluímos. Nós entendemos que a telenovela faz parte das práticas de significação e dos sistemas simbólicos por meio dos quais os sentidos são produzidos e os sujeitos são posicionados, ou melhor, entendemos que a telenovela é *representação*e, como toda representação, ela não apenas *reproduz*a realidade, mas também a *produz*, isto é,desencadeia (re)ações entre os telespectadores. Por isso, não a descartamos.

A telenovela foi e ainda é meio de reprodução e de transmissão de preconceitos sociais de todos os tipos: de raça ou cor ou de origem étnica ou geográfica (racismo); de gênero (machismo); e também o preconceito relacionado à orientação sexual. Como bem explica o doutor em Filosofia e teórico da comunicação Wilson Gomes, o preconceito social é de natureza cognitiva: "Tem a ver com certezas compartilhadas por parte de grupos sociais; tem a ver com certezas às quais se adere irracionalmente, portanto, sem exame dos pressupostos e sem fundamentação racional; tem a ver com juízos – em geral negativos – sobre a natureza de 'classes' de pessoas; tem a ver com aplicar esses juízos *a priori*sobre classes de pessoas para decidir, sem as conhecer individualmente, o que são as pessoas encaixadas naquela classe, os seus comportamentos esperados, o seu caráter e o sentimento que elas nos merecem". É seguro dizer, portanto, que boa parte das "certezas" que a ampla maioria das pessoas (incluindo aí muitos homossexuais) partilha acerca da homossexualidade, bem como seus "juízos negativos" sobre gays e lésbicas, vem da telenovela (e, por extensão, dos programas humorísticos e séries de TV). Aliás, o fato de boa parte das "certezas" e dos "juízos" acerca da homossexualidade vir da telenovela faz dela igualmente um meio importantíssimo na desconstrução ou erradicação dessas mesmas "certezas" e "juízos", ou seja, faz da telenovela um meio privilegiado no enfrentamento do preconceito social anti-homossexual e seus estigmas.

Há quem possa dizer que representações de telenovelas são "abstrações" e, como tais, são inócuas. Não é a verdade. As representações são a matéria-prima do pensamento. E o pensamento é a ponte do corpo para o ato (no mínimo para o ato linguístico que é o insulto ou a injúria), para a ação. O preconceito social anti-homossexual e os discursos de ódio contra os homossexuais, bem como os crimes de ódio de que estes são vítimas, são complementares. A essa articulação e operação em conjunto damos o nome de*homofobia* (aqui esta palavra designa também os preconceitos, discursos e ações contra travestis e transexuais que são motivados menos pela *orientação sexual* e mais pela*identidade de gênero*). Milhões de lésbicas, gays, travestis e transexuais são, diariamente, vítimas da homofobia, que se manifesta de diversas maneiras: da piada sobre "bicha" contada nos corredores das empresas em intervalos de almoço ou para o cafezinho até sua manifestação mais grave, que é o assassinato com requintes de crueldade, passando pelos apelidos grosseiros e as humilhações em sala de aula ou em casa e pelas comparações com personagens estereotipados das telenovelas e dos programas humorísticos.

A primeira telenovela da Rede Globo (e eu me refiro mais a essa emissora não só por ser ela a campeã de audiência, mas por ter se especializado na produção de telenovelas, convertendo-as em carro-chefe de sua programação e em seu principal produto de exportação) a apresentar um personagem homossexual foi *Orebu*, de Bráulio Pedroso, exibida de 4 de novembro de 1974 a 11 de maio de 1975. Nela, Conrad Mahler (Ziembinski) tinha uma relação com o michê Cauê (Buza Ferraz) e assassinava a mulher por quem o namorado se apaixonara. Percebam que essa trama associa os homossexuais com a passionalidade extrema, o desequilíbrio psíquico e a criminalidade. Mais de dez anos depois de *O rebu*, outra novela da Globo – *Roda de fogo*, de Lauro César Muniz – reproduzia o mesmo *estereótipo*: Mário Liberato (Cecil Thiré) nutria uma paixão doentia por seu rival Renato Vilar (Tarcísio Meira) e, numa cena surpreendente para os dias de hoje, em que a representação do "beijo gay" não acontece porque a emissora alega que a audiência não estaria "preparada" para ela, chegou a se esfregar na cama de Renato e a beijar loucamente seu travesseiro, num surto de obsessão, misto de ódio e amor.

De lá para cá, a representação dos homossexuais em telenovelas variou para o estereótipo da "bicha louca" ou da "sapatão" (aquele/aquela que deve fazer rir ou de quem se deve rir) e, mais recentemente, para personagens mais positivos e complexos. Essa abertura da telenovela para representações positivas (ou no mínimo produtivas) não é uma simples concessão dos autores e da emissora em que trabalham, mas resultado de uma batalha cultural que inclui as críticas e pressões políticas dos movimentos LGBTs, a conversão da comunidade LGBT em nicho de mercado consumidor, as reações da audiência medidas em pesquisas de opinião e/ou em grupos de discussões, a emergência das tecnologias da comunicação e da informação, em especial a internet, e os enfrentamentos dentro da própria emissora entre artistas e executivos – o que deve nos obrigar a fugir de maniqueísmos ou simplificações grosseiras quando formos tratar do tema.

Por outro lado, não existe uma forma "correta" de representar "o homossexual". Primeiro porque existem homossexuais (assim, no plural) e, desse modo, uma diversidade de práticas e comportamentos homossexuais. O que acontecia até pouco tempo é que a telenovela se fixava apenas em determinadas características e comportamentos e os cristalizava, fazendo parecer que só existiam essas características e comportamentos. É isso que é o estereótipo: a redução da diversidade a um modelo cristalizado e imutável. Nos últimos anos, os estereótipos têm dado lugar a representações

mais complexas, mas também – e infelizmente – à invisibilidade de pessoas LGBTs. Ante a perspectiva de uma nova batalha cultural em torno da representação da homossexualidade – batalha cada vez mais inevitável em razão do crescimento do número de evangélicos, coroado com a ocupação de muitas cadeiras nas casas legislativas por políticos forjados em Igrejas fundamentalistas neopentecostais contrárias à existência da homossexualidade, e da emergência da "classe C" nos doze anos da era Lula – e ante a perspectiva de enfrentar essas forças em oposição, a Globo tem optado algumas vezes por não representar os homossexuais em telenovelas, ou seja, optado por invisibilizá-los.

De forma geral, tem prevalecido, nos últimos anos, a abertura das telenovelas para novas e produtivas representações da comunidade LGBT. Os principais autores da Globo têm sido ousados em criar personagens que, de forma tímida ou não, representam a diversidade dos comportamentos homossexuais. Digo "de forma tímida ou não" porque já houve representações muito mais ousadas antes de a batalha cultural em torno delas se acirrar, como, por exemplo, a que aconteceu em *A próxima vítima*, de Sílvio de Abreu, em que os adolescentes bonitos, honestos, inteligentes e nada afetados Sandrinho (André Gonçalves) e Jéferson (Lui Mendes) se apaixonaram e foram aceitos pelas famílias; sem falar que um deles era negro e o outro, branco.

O casal caiu nas graças da audiência que, anos depois, rejeitaria o casal de lésbicas balzaquianas e bem-sucedidas interpretadas por Christiane Torloni e Sílvia Pfeiffer em *Torre de Babel*. Aguinaldo Silva também ousou bastante ao criar uma história de amor entre a médica Leonora (Milla Christie), que era competente, honesta e bonita, e a patricinha Jennifer (Bárbara Borges), quase a mocinha da novela *Senhora do destino*. De todos os autores da Globo, Aguinaldo Silva é aquele que seguramente mais representou homossexuais em suas telenovelas, talvez por ter sido, em sua juventude, ativista do então incipiente movimento homossexual no Brasil. Nessas representações, Silva jamais cedeu aos estereótipos pura e simplesmente: quando recorreu a eles, rasurou-os todos (como nos casos de Uálber, de *Suave veneno*, e, mais recentemente, de Crô, de *Fina estampa*, ambos afeminados e engraçados, mas dotados de virtudes que fariam deles os heróis das tramas não fossem os poucos vícios). Silva não quer saber quão madura está a comunidade LGBT para lidar com suas próprias contradições: ele simplesmente as desnuda por meio de personagens que despertam sentimentos ambíguos na audiência que ainda não se livrou do preconceito social anti-homossexual. Outro autor com muitas representações positivas da homossexualidade em suas telenovelas é Gilberto Braga. Embora apele mais à inteligência do telespectador para que este perceba a homossexualidade de seus personagens (um flerte não com os estereótipos, mas com a invisibilidade, também com o propósito de rasurá-la), Braga escreveu, com Ricardo Linhares, a novela *Insensato coração*, em que não só os personagens homossexuais eram facilmente identificados como tais mesmo sem qualquer vestígio de estereótipos, mas a própria homofobia era um dos temas principais da trama. Braga e Linhares representaram diferentes formas de ser homossexual e os conflitos no interior da própria comunidade LGBT por conta das diferentes identificações (de classe social; étnicas; culturais e religiosas) que interpelam gays e lésbicas.

No que diz respeito à representação de homossexuais mais próxima da realidade dos fatos e a serviços prestados à cidadania LGBT, *Insensato coração* é a melhor novela já exibida pela Globo. Foi ela que sustentou, na esfera pública, a denúncia dos crimes de ódio contra homossexuais enquanto a presidente Dilma enterrava o projeto Escola sem Homofobia por pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional e sob o silêncio constrangedor de lideranças dos movimentos LGBTs cooptadas pelo governo do PT.

Hegemonia heteronormativa

Contudo, apesar dessa abertura das telenovelas a novas e produtivas representações da homossexualidade, a regra são tramas e conteúdos que recorrem aos estereótipos de homossexuais como forma de reafirmar e reproduzir as normas que sustentam a superioridade dos heterossexuais, bem como seus privilégios – o que faz delas motores importantes da *heteronormatividade* no Brasil. Esta aponta/constrói, como "natural", a sexualidade para fins procriativos e faz uma correspondência entre sexo biológico e papel de gênero. Qualquer menino que escape, ainda que cedo, do papel de gênero que, segundo a perspectiva heteronormativa, corresponde ao sexo que a natureza lhe deu é imediatamente alvo de insulto.

Este se apresenta antes e primeiramente como performance linguística (a língua é performativa: produz sentimentos e ações, afeta os corpos e as relações). Lacan diz que o inconsciente é produto das inscrições profundas da língua em nós, ou seja, as sensações de prazer e desprazer produzidas pela língua desde a mais tenra infância estruturam nosso inconsciente, logo, nossa relação mais íntima conosco além de nossa relação com o mundo. É a língua o primeiro veículo de reprodução e transmissão do preconceito social anti-homossexual por meio do insulto. Mas o insulto se apresenta também na forma da caricatura e dos estereótipos reproduzidos na telenovela, ou seja, ele se desdobra em outros sistemas de representações, como o audiovisual, que inclui o cinema, a televisão e a internet.

Os efeitos da heteronormatividade e do insulto anti-homossexual em LGBTs são a homofobia internalizada e uma inveja estrutural do lugar privilegiado e "superior" que o heterossexual (e em especial o homem heterossexual) ocupa na sociedade. Daí a vergonha de si, a necessidade de camuflar trejeitos, de se passar por hétero, viril, a excessiva polarização ativo × passivo; a aversão e o ódio aos afeminados, travestis e transexuais e a excessiva valorização dos que "são mas não parecem"; a prática clandestina e culpada da homossexualidade, disfarçada na ofensa e perseguição aos assumidos; e a inveja daqueles membros da comunidade difamada que conseguem vencer o estigma e chegar ao lugar privilegiado dos heterossexuais, ao lugar da estima. A homofobia não nos vitima, portanto, apenas exteriormente, mas antes interiormente.

As consequências políticas disso são enormes: LGBTs não se identificam ao ponto de se converterem num grupo com objetivos comuns e força eleitoral; não conquistam espaço nas casas legislativas nem no Poder Executivo e, por isso, não conquistam os direitos que lhes são negados; o movimento não cresce e tende a ficar nas mãos de quem não representa a diversidade da comunidade LGBT.

Por isso, a telenovela não pode ser ignorada por intelectuais, por políticos nem por movimentos sociais que estejam seriamente comprometidos com a disputa dos corações e da mente dos brasileiros no sentido de (re)construir uma mentalidade caracterizada pelo respeito à dignidade humana de todos e todas, a despeito de suas diferenças e identificações. Alguns podem considerar as representações dos homossexuais em telenovelas meras "abstrações". Porém, como bem lembrou Albert Camus em *A peste*, quando as abstrações se põem a fazer sofrer, humilhar e, por fim, matar, o melhor que fazemos é nos ocupar delas.

JEAN WYLLYS é Jornalista, escritor, mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, professor de Teoria da Comunicação da Universidade Veiga da Almeida e deputado federal pelo Psol- RJ e Deputado Federal pelo PSOL do Rio de Janeiro. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro de 2014.** Ilustração: Daniel Kondo

Entrevista | Hugh Lacey - Valores e atividade tecnocientífica (ALEXANDRE QUARESMA)

Tecnociências e descontrole tecnológico serão alguns dos temas abordados por Hugh Lacey, um dos filósofos mais renomados nesse imbricado campo de atuação filosófica

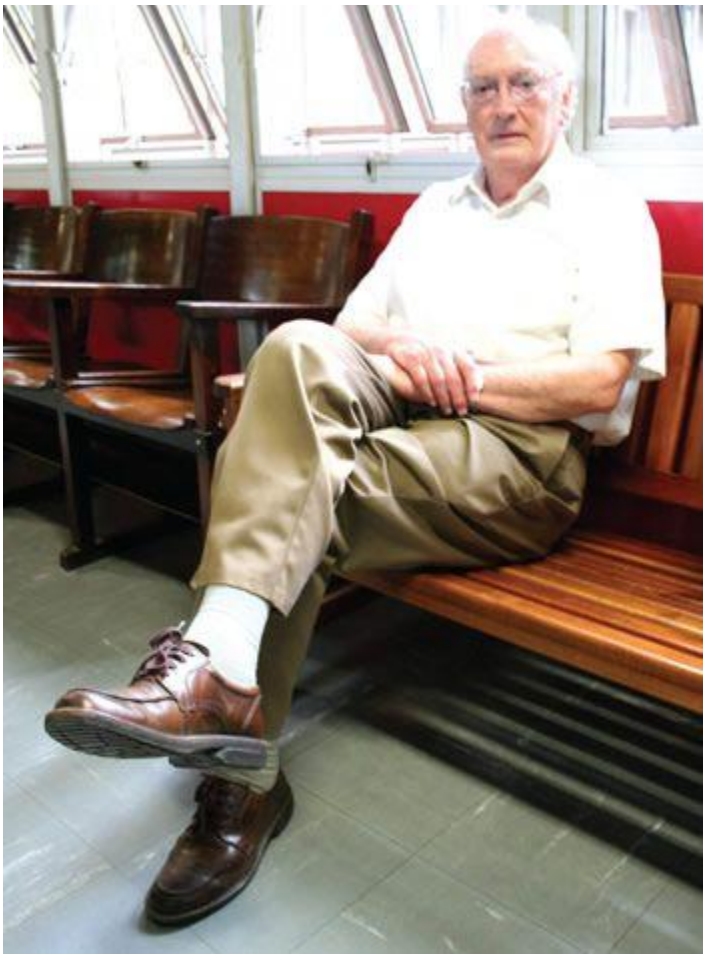
SE CONSIDERARMOS que desenvolvimentos tecnológicos não significam necessariamente desenvolvimento humano, e que os benefícios desses desenvolvimentos se distribuem de maneira irregular na sociedade que os gera, veremos que há uma revolução disruptiva em marcha, e isso, por si só, obriga-nos, de imediato, a deslocar nosso foco de atenção do ser humano, e suas inúmeras organizações sociais, para estendermos nosso olhar crítico diante de suas criações tecnológicas.

Até porque sociedades criam tecnologias, cada vez mais sofisticadas, que, por sua vez, transformam inelutavelmente as mesmas sociedades que as criam em um processo "infinito". E, nesse rodopiar turbilhonante, vão se transformando também os seres humanos que compõem tais sociedades, o meio ambiente e a própria cultura, pois esses três níveis são diretamente influenciados segundo as técnicas e tecnologias que vão sendo criadas e utilizadas.

Quem irá clarificar a nossa compreensão acerca desses temas tão instigantes da pós-modernidade é Hugh Lacey, que se ocupa cotidiariamente em pensar a dinâmica relação entre tecnociências e sociedades, e que gentilmente concedeu essa entrevista à revista **Filosofia Ciência&Vida**. Hugh Lacey é professor emérito de Filosofia de Swarthmore College, Swarthmore, Pennsylvania, EUA, e pesquisador colaborador no projeto temático USP/Fapesp "Gênese e significado da tecnociência". É autor de diversos livros de Filosofia da Ciência, entre eles *Valores e atividade científica, Valores e atividade científica II e A controvérsia sobre os transgênicos*.

Inovações tecnocientíficas – mesmo quando para resolver um problema social, – estão sendo desenvolvidas e implementadas com a finalidade de fortalecer os interesses do capital e do mercado

FILOSOFIA • Diante do contexto, que envolve valores e atividade tecnocientífica – indagamos –, qual é a força principal que o move aos estudos desses fenômenos sociotécnicos e antropotécnicos de nossa civilização?



Lacey • Meu trabalho recente trata da interação entre as atividades científicas e os valores éticos e sociais; discute o impacto dos valores na conduta da Ciência, e como os resultados científicos afetam os valores incorporados nas instituições sociais. Estou motivado fortemente a colaborar com aqueles que estão tentando trazer a seguinte questão ao centro da agenda da pesquisa científica: Como deve ser conduzida a pesquisa científica, por quem e com quais prioridades, e utilizando quais tipos de metodologias, mas como (em colaboração com quais movimentos e instituições) deve ser o conhecimento científico utilizado, as tecnologias desenvolvidas e administradas, de modo a assegurar que a natureza seja respeitada, que seus poderes regenerativos não sejam solapados, e que sejam restaurados sempre que possível, e que os direitos e o bem-estar de todos e as condições para a participação construtiva numa sociedade democrática sejam fortalecidos em todo o mundo? Quando levanto essa questão, questiono o fato de essa transformação ser inevitável a longo prazo; e resisto à mentalidade tecnocrática predominante nas instituições científicas atuais que é responsável pelas tendências correntes de tornar a Ciência uma tecnociência, que serve a interesses ligados ao capital e ao mercado. Sem dúvida, fenômenos sociotécnicos e antropotécnicos se integram nas principais instituições sociais de nossa época, e nas trajetórias delas para o futuro, porém é importante reconhecer que os seus benefícios amplamente valorizados são acompanhados por impactos negativos no ambiente, nas vidas humanas e nos arranjos sociais. Assim, esforços devem ser feitos para entender e avaliar esses fenômenos à luz de como possam servir a interesses e projetos vinculados aos valores salientados na minha questão supracitada; e para explorar as possibilidades de projetos alternativos que possam ter benefícios comparáveis ou maiores sem impactos tão negativos.

FILOSOFIA • Num mundo cada vez mais tecnicizado, como poderemos garantir a manutenção dos valores que acreditamos serem os mais significativos e importantes de nossa humanidade?

Lacey • Não poderemos garantir o fortalecimento ou a manutenção dos valores da justiça social, sustentabilidade, bem-estar de todos e democracia participativa. As tendências socioeconômicas atuais, enraizadas profundamente em instituições poderosas, enfraquecem a manifestação desses valores; e a Ciência, conduzida como tecnociência, que serve aos interesses ligados ao capital e ao mercado, contribui para fortalecer essas tendências. A Ciência poderia ser conduzida de uma maneira diferente, em que visaria à geração do conhecimento e que serviria a projetos que incorporam os valores já mencionados, e assim contribuiria no sentido de introduzir condições nas quais tais valores pudessem ser fortalecidos.[1] Mas a Ciência não pode ser conduzida de outra maneira sem um processo de transformação que envolveria colaboração com uma multiplicidade de agentes, movimentos e instituições. Embora tal processo não garanta que os valores da justiça social (e os outros) sejam mantidos, ainda assim contribuiria para nutrir a aspiração de que uma transformação social é possível é possível, gerando arranjos em que estes valores seriam incorporados mais adequadamente.

FILOSOFIA • O senhor concorda com essa ideia de tecnociência "descontrolada", cujos fins quase nunca podem ser direcionados intencionalmente, para solução de problemas sociais, por exemplo, além de ainda gerarem outros problemas novos, dantes inexistentes?

Lacey • Inovações tecnocientíficas – mesmo quando direcionadas para resolver um problema social, por exemplo, relacionado à saúde – estão sendo desenvolvidas e implementadas com a finalidade de fortalecer os interesses do capital e do mercado. Um novo medicamento não é só um objeto com uma certa composição química que tem efeitos no corpo humano, mas é também uma mercadoria, cujo uso e disponibilidade são controlados de acordo com os direitos de

propriedade intelectual. A pesquisa que fornece a evidência da eficácia do medicamento não explica nada sobre os efeitos que ele tem em virtude de ser uma mercadoria. Da mesma maneira, a pesquisa que fornece a evidência da eficácia do uso das culturas transgênicas em combinação com um pesticida particular não explica nada sobre os seus potenciais efeitos ecológicos e sociais. Nesse contexto, a implementação de inovações tecnocientíficas – mesmo quando contribuem efetiva e propositadamente para resolver um problema particular – provavelmente vai gerar problemas sociais novos e não antecipados. A pesquisa, conduzida no espírito da minha resposta à sua questão inicial, poderia antecipar alguns desses problemas, e apontar na direção de abordagens alternativas. A história, porém, é aberta, e nunca podemos esperar e antecipar a sua trajetória em detalhe e todas as possibilidades novas que podem surgir.

FILOSOFIA • Segundo a sua compreensão, qual seria a gênese e o significado da tecnociência, título do projeto temático de que o senhor participa como professor convidado no Departamento de Filosofia da USP, ou seja, como se origina a tecnociência e o que ela significa?

Lacey • O termo "tecnociência" se refere à dificuldade de separar Ciência e tecnologia nas tendências predominantes da pesquisa científica contemporânea.[2] Vinculado a esta, a ênfase principal dentro dessas tendências não é para aumentar nosso entendimento acerca dos fenômenos com o horizonte do entendimento compreensivo do mundo. Em vez disso, trata-se da geração de inovações, que, desse modo, vão aumentando o nosso poder de fabricar, de efetuar e de intervir na natureza ao serviço de fins úteis. Na tecnociência, a tecnologia mais avançada é utilizada para produzir instrumentos, objetos experimentais e novos objetos e estruturas que tornam possível a obtenção do conhecimento de eventos e estados de coisas de domínios novos; especialmente conhecimento sobre as novas possibilidades do que podemos fabricar e efetuar, como os horizontes da inovação prática, industrial, médica, militar e do crescimento econômico, sempre em vista. A Ciência Moderna é marcada pela existência de relações mutuamente reforçadoras entre a adoção das suas metodologias prioritárias – aquelas que servem na procuração do conhecimento e entendimento amplo dos fenômenos do mundo – e a sustentação de valores vinculados ao aumento dos poderes humanos para intervir na natureza e controlá-la.[3] Por causa disso, embora tradicionalmente a ênfase tenha sido principalmente sobre a obtenção do entendimento dos fenômenos do mundo, as implicações utilitárias do conhecimento científico eram sempre discutidas e buscadas – até um ponto que, desde Bacon, fazia parte da tradição a tendência de alguns cientistas conduzirem sua pesquisa para fins utilitários. Na tecnociência, torna-se efetivamente o objetivo primário da pesquisa científica para aumentar nosso poder de controlar – assim, a tecnociência representa o fortalecimento e a perpetuação de uma tendência sempre presente na tradição científica. Ao mesmo tempo, o que se considera como "fins úteis" tende a ser interpretado sob a luz dos valores do capital e do mercado. Portanto, surge a ideia de que a Ciência visa a inovações tecnocientíficas que contribuam para o crescimento econômico, e a Ciência institucionalizada se torna em grande medida tecnociência orientada comercialmente.[4]

FILOSOFIA • Como o senhor vê a preponderância da lógica econômico-capitalista no fomento, controle, patente e exploração dos pretensos resultados e benefícios dessas novas realidades tecnológicas, e como as comunidades mais carentes poderiam se apropriar dessas tecnologias?

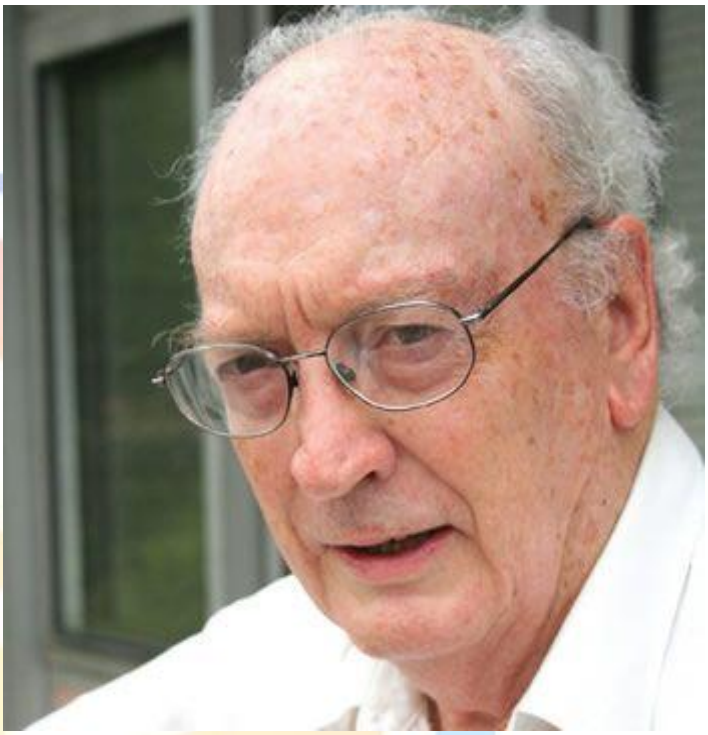
Lacey • A tecnociência orientada comercialmente tem desenvolvido e implementado muitas inovações que beneficiam, difundem e contribuem fortemente para a transformação radical do mundo em que vivemos, na medida em que aumentam as capacidades humanas para agir e resolver problemas que até então permaneciam intratáveis. Ao mesmo tempo, contribui causalmente para a corrente crise ambiental, com seus aspectos sociais devastadores, mas não produz um conhecimento adequado capaz de tratar essa crise. Além disso, os benefícios da tecnociência não vêm sendo uniformemente distribuídos entre pobres e ricos – pior que isso, sob as condições socioeconômicas predominantes, grande contingente de empobrecidos têm sofrido deveras, material e socialmente, como consequência de tal progresso. Isso enfraquece valores democráticos essenciais – em particular, o respeito aos direitos humanos e à capacidade dos cidadãos para assumir papel participativo na conformação de práticas que atendam às suas necessidades básicas. O fortalecimento desses valores democráticos requer esforços para descobrir usos dos resultados da tecnociência orientada comercialmente para servir mais adequadamente aos interesses públicos e democráticos e democrático, mas também o redirecionamento das práticas e instituições da Ciência para tornarem-se mais responsáveis.

FILOSOFIA • O senhor acredita que esse contínuo processo de desenvolvimento tecnológico favorece ou desfavorece a inclusão social e a pluralidade das populações mundiais?

Lacey • Interpreto "inclusão social" à luz dos valores da justiça social e outros valores já mencionados, em que se inclui o valor do fortalecimento da agência do mundo todo, a sua capacidade para agir efetivamente informada pelos seus próprios valores autenticamente endossados, em harmonia com os seus valores culturais. Isso requer o desenvolvimento de tecnologias – "tecnologias sociais"[5] – que incorporem esses valores. A continuação do desenvolvimento tecnológico dentro da trajetória do capital e do mercado não produzirá as tecnologias necessárias.

A implementação de inovações tecnocientíficas, ao mesmo tempo que podem contribuir para a resolução de um problema particular, gera outros novos não antecipados

FILOSOFIA • Como as sociedades podem preservar seus valores mais essenciais e existenciais diante de técnicas biotecnológicas drásticas, como a clonagem humana e a manipulação genética, por exemplo, cujos experimentos nos assombram com sua extrema desumanidade?



Lacey • Comentarei apenas sobre as responsabilidades dos cientistas vinculadas a esses desenvolvimentos. Tende ser pressuposto nas instituições científicas de destaque não só que a pesquisa científica visa a inovações tecnocientíficas que contribuam para o crescimento econômico, mas também que a inovação, mais ou menos sem limites, deve ser procurada sempre em mais domínios, e que normalmente a eficácia de uma inovação é suficiente para legitimar eticamente a sua implementação social. Tais pressupostos dão força ao que você denomina "desumanidade" que acompanha essas inovações; e a ação à luz dela solapa a integridade da Ciência e o seu valor tradicional de ser parte do patrimônio compartilhado da humanidade. É responsabilidade dos cientistas desafiar esses pressupostos, e trabalhar na direção da reinstitucionalização da Ciência para que a questão, levantada antes, adquira significado amplo. A tentativa de preservar os valores da justiça social requer atividades de uma grande variedade de movimentos em busca da mudança social. A menos que os cientistas assumam as suas responsabilidades, e em colaboração com esses movimentos desafiem os pressupostos mencionados, ficará fácil para os proponentes da prioridade da inovação tecnocientífica continuarem a rechaçar toda crítica como "fora de contato com os nossos tempos".

FILOSOFIA • Quando surgir um ser humano inteiro clonado, como um fato já dado e consumado, assim como aconteceu com a famigerada ovelha Dolly – indagamos –, o que isso significará para a humanidade do ponto de vista dos arquétipos simbólicos estruturais que nos norteavam até então de criador e criatura?

Lacey • Não sei se a clonagem de um ser humano completo está ao alcance das possibilidades tecnocientíficas futuras. Questiono, porém, o significado científico e humano da exploração sem limites de possibilidades desse tipo. À luz dos valores da justiça social, qual seria o valor – indago – de produzir um clone de um ser humano completo, especialmente desde que, dado o estado do mundo contemporâneo, seria provável que tais clones pudessem ser controlados de acordo com regimes de direitos da propriedade intelectual? A aspiração de produzir clones humanos me parece simplesmente refletir sobre a húbris que frequentemente acompanha a tecnociência orientada comercialmente, a ideia de que os seres humanos "inteligentes" possam fazer "melhor" do que Deus ou natureza, esquecendo o fato de que as habilidades técnicas dos inovadores tecnocientíficos não têm muito valor para explorar e administrar as consequências socais, humanas e ecológicas das implementações das suas inovações.

FILOSOFIA • Como afirma Habermas, o clonado e manipulado geneticamente pode se sentir insatisfeito com sua condição físico-existencial determinada por outrem, e essa crise, segundo ele, não tem solução. O senhor concorda com Habermas?

Lacey • Isso reforça a importância do desenvolvimento de programas alternativos de pesquisa e desenvolvimento que tenham fins distintos dos de produzir inovações tecnocientíficas desses tipos.

FILOSOFIA • Seria digna, moral e humanamente aceita, segundo o seu entendimento, a produção bioindustrial de seres humanos clonados, a partir do material biológico do próprio interessado na extração de um órgão específico, ou diversos deles, por exemplo? Algo como cultivar um estoque vivo de "partes sobressalentes" (humanas?) para abastecer um hipotético "parque humano"?

Lacey • Quaisquer respostas parciais que consideremos não devem tratar dos assuntos éticos sobre a clonagem separadamente dos processos e resultados da produção bioindustrial. É muito provável que as respostas variarão com os casos particulares, com os métodos utilizados, e com assuntos de posse, lucro e controle sob direitos da propriedade intelectual. Nesse momento, porém, as questões são sobre possibilidades conjeturais, sobre especulações, cujos detalhes não são conhecidos. Questões éticas muito mais urgentes têm a ver com a seguinte indagação: Como podemos fortalecer a agenda da justiça social, sustentabilidade, bem- -estar de todos e democracia participativa? Querendo ou não, a produção

bioindustrial de seres humanos clonados para ser digna, moral e humanamente aceita, dependeria de ela, de fato, fazer uma contribuição positiva para fortalecer esses valores que mencionei, todavia, conforme já lhe respondi, estou cético que tais técnicas poderiam fazer uma contribuição desse tipo.

A busca contínua das inovações tecnocientíficas, sempre em novos domínios, sob a influência de valores ligados à dominação da natureza, pode conduzir a consequências trágicas para a civilização

FILOSOFIA • Ainda sobre a nossa Fisiologia, o senhor concorda com a visão reducionista e mecanicista, muito em voga atualmente na academia, que enxerga o corpo humano como uma máquina, e ainda prevê a sua ontologia por meio de redutoras metáforas maquínicas?

Lacey • Não. Os seres humanos são agentes, seres corporais que também têm dimensões conscientes/mentais/ racionais e sociais que não podem ser reduzidas à dimensão corporal. Dessemelhante do comportamento das máquinas, o comportamento humano não pode ser explicado adequadamente em termos de estruturas mecânicas (já que é fisiológico) e as interações e os processos dos seus componentes. O florescimento humano envolve a interação de todas as dimensões dos seres humanos; depende (entre outras coisas) do cultivar da agência racional e das condições sociais para a sua boa realização. As análises reducionistas são particularmente insensíveis ao caráter social essencial dos seres humanos e carecem de recursos ontológicos para fazer sentido quanto ao valor da solidariedade.

FILOSOFIA • Edgar Morin afirma que a lógica tecnológica "expulsa o ser do ser, a vida da vida, e identifica o seu objeto com aquilo que é manipulável por natureza: o artefato. E este é o mito bárbaro que se formou no conhecimento científico e que tende a aliar-se com outras formas de barbárie".[7] O senhor concorda com essa afirmação?

Lacey • Acho que a tecnologia frequentemente – quando os artefatos (objetos tecnológicos) incorporam valores vinculados à dominação da natureza – é praticada e institucionalizada de uma maneira coerente com a lógica que Morin descreve. Os objetos tecnológicos sempre incorporam alguns valores éticos e sociais, e seus usos possíveis nos ambientes sociais requerem que eles mesmos incorporem alguns valores específicos, não necessariamente aqueles da dominação da natureza. A identidade de um objeto tecnológico – o tipo de objeto que ele é e os valores que incorpora – é uma função complexa da sua organização física/química/biológica, a sua gênese social e os interesses por trás da sua fabricação e/ ou utilização, as suas técnicas associadas e know- -how, os seus empregadores, e contextos (sociais, econômicos, ambientais) dos seus usos. Podemos incorporar valores vinculados às posturas frente à natureza que podem não ser entendidas em termos apenas de dominação de dominação: por exemplo, as posturas de respeito, preservar/restaurar, acomodar, sustentar, cultivar, contemplar, gozar.

FILOSOFIA • "A técnica assim reivindicada instaura, pois, um mundo à sua imagem. O acaso é excluído, pois o acaso faz parte do mundo real, natural, que a utopia mantém precisamente a distância. Mundo sem acaso, sem impureza, sem morte nem decomposição, sem poeiras nem extravagâncias, sem jogos nem prazer, e sem outra respiração que não seja a que comanda a enorme maquinaria".[8] Inspirados nas reflexões de Sfez, perguntamos: que mundo: que mundo é esse, afinal, que estamos construindo com nosso próprio engenho e criatividade?

Lacey • A Ciência Moderna é marcada pela existência de relações mutuamente reforçadoras entre a adoção das metodologias prioritárias na Ciência Moderna e a sustentação de valores vinculados ao aumento dos poderes humanos para intervir na natureza e controlá-la. Cedo, na tradição científica moderna, esse poder era vinculado à concepção metafísica do mundo como uma enorme e complexa máquina, já que a Ciência/ tecnologia representava o mundo à sua própria imagem. Contudo, a Ciência contemporânea não é mais assim. As leis da Mecânica Quântica, por exemplo, são probabilísticas em caráter, e o acaso (e a morte) desempenha um papel essencial na teoria da evolução. Nem os cientistas pensam o mundo e a natureza mais em termos de máquinas. Não obstante, existem pessoas que pensam que – por meio das nossas intervenções na natureza – podemos transformar o mundo num objeto que fica cada vez mais sob o nosso controle, como se as incertezas da implementação das inovações tecnocientíficas pudessem ser superadas ou controladas por novas inovações tecnocientíficas. Isso é simplesmente a *húbris*, a atribuição de poderes ao nosso próprio engenho e criatividade que não recebem nenhum apoio de nossa longa experiência em práticas de inovação tecnológica. Esse tipo de húbris não contribui em nada para construir um mundo que incorpore os valores da justiça social, sustentabilidade, bem-estar de todos e democracia participativa.

FILOSOFIA • Até que ponto o senhor acredita na ideia de que a biologia humana poderá, em algum momento, perder suas características primordiais e até mesmo se degenerar devido à intrusividade das tecnologias e tecnociências da contemporaneidade?

Lacey • O registro científico atual não fornece uma base forte para fazer especulações sobre essa questão, e não gosto de oferecer previsões sem base empírica razoavelmente forte. Geralmente, o interesse em especulações desse tipo está

presente dentro daqueles que visam à exploração das possibilidades tecnocientífica sem limites e sem consideração com o seu potencial valor humano. Obviamente não sabemos quais possibilidades vão se tornar realizáveis no futuro. Em vez de fazer suposições a respeito disso, prefiro enfatizar a urgência de colocarmos energias na exploração das possibilidades que possam servir os valores da justiça social, sustentabilidade, bem-estar de todos e democracia participativa.

FILOSOFIA • Se é a concentração de riqueza que move a máquina tecnocientífica contemporânea, sempre a se potencializar acefalamente, o que nos garantirá que a civilização humana não possa ser tragada por suas próprias criações tecnológicas?

Lacey • A busca contínua das inovações tecnocientíficas, sempre em novos domínios, sob a influência de valores ligados à dominação da natureza, pode conduzir a consequências trágicas para a civilização. Não existem garantias na história. Precisamos continuamente indagar a respeito de áreas do conhecimento humano – tais como inteligência artificial, por exemplo –, se a pesquisa, desenvolvimento e inovação presentes nelas podem contribuir em relação aos valores que tenho enfatizado nesta entrevista; e, se necessário – como penso –, reorganizar a pesquisa à luz das respostas.

Em consequência do progresso tecnocientífico, grande contingente de empobrecidos têm sofrido material e socialmente; fato que fere valores democráticos essenciais

FILOSOFIA • No Brasil, por exemplo, onde, mesmo diante de tecnologias extraordinárias, esgotos correm a céu aberto e populações inteiras consomem águas não tratadas, como podemos falar de alta tecnologia, já que, na ponta da rede social, o tecido social se esgarça e se rompe devido ao abandono, à má vontade política e à improbidade com verba pública?

Lacey • Deve ser uma prioridade da tecnologia de ponta solucionar os problemas de saúde de grande número da população de baixa renda do mundo. Isso não acontecerá, porém, onde a pesquisa permanece sob o controle de interesses ligados ao capital e ao mercado; uma transformação solicitaria abordagens à pesquisa médica (a respeito, por exemplo, das causas ambientais de doenças, e participação popular em programas para a sua prevenção e tratamento) que não envolvam as mesmas metodologias daquelas que visam (e utilizam) às tecnologias de ponta. Certamente, não quero diminuir o valor de muitas tecnologias médicas e o esforço para o desenvolvimento de mais delas; para mim, a questão fundamental tem a ver com a comparação (agora, neste momento histórico) do valor delas com o valor dos desenvolvimentos potenciais que poderiam tratar diretamente as necessidades e os problemas da maioria pobre.

FILOSOFIA • Em seus escritos sobre os transgênicos, o senhor insiste sempre na salutar – diríamos nós – busca de alternativas? Qual seria a alternativa possível e viável em termos de aliar valores (humanísticos, bioéticos e ecoambientais) às atividades tecnocientíficas humanas?

Lacey • Escrevi frequentemente a respeito do caso dos transgênicos (uma inovação tecnocientífica típica).9 Indiquei que os transgênicos foram introduzidos na agricultura contemporânea por interesses vinculados ao capital e o mercado, sem, antes, tratar as questões relativas "ao campo das alternativas".10 Quais métodos agrícolas – convencionais, transgênicos, orgânicos, agroecológicos, biodinâmicos, indígenas, de subsistência etc. – e em que combinações e com quais variações localmente-específicas, poderiam ser sustentáveis e suficientemente produtivos (quando acompanhado por métodos viáveis de distribuição) a fim de satisfazer as necessidades de alimentação e nutrição da população do mundo inteiro por um futuro previsível? Existem alternativas com capacidade produtiva pelo menos tão grande quanto a dos métodos transgênicos, e que poderiam satisfazer as necessidades de alimentação e nutrição em que métodos transgênicos podem ter pouca aplicabilidade (por exemplo, em pequenas propriedades agrícolas em regiões empobrecidas)? Quando essa questão é colocada, os méritos dos transgênicos precisam ser avaliados em comparação com aqueles das práticas agrícolas que não são baseadas nas inovações tecnocientíficas. A agroecologia, por exemplo, é um tipo de lavoura que tem muitos adeptos e sucessos no Brasil, e que almeja satisfazer – simultaneamente e numa balança determinada por fazendeiros e suas comunidades – uma variedade de

objetivos (que refletem os valores da justiça social, sustentabilidade, bem-estar de todos e democracia participativa), inclusive de produtividade, sustentabilidade dos agroecossistemas e proteção da biodiversidade, a saúde dos membros das comunidades rurais e os seus arredores, e o fortalecimento da cultura e agência dos povos locais.[11]

FILOSOFIA • "De fato, as consequências da inovação tecnológica são quase sempre mais complicadas do que os inovadores esperavam".[12] Se a afirmação de Kneller é verdadeira, como administrar os riscos sempre iminentes de novas tecnologias e práticas antropotécnicas de extrema penetração e poder determinístico, como a manipulação do genoma humano, por exemplo?

Lacey • É certo que as consequências da inovação tecnológica frequentemente são mais complicadas do que os inovadores esperavam. Todas as inovações ocasionam consequências, que não são pretendidas e (frequentemente) não podem ser previstas ou antecipadas, e que podem ser potencialmente prejudiciais (bem como outras que podem ser benéficas). Porém, com tempo e pesquisa, muitas dessas consequências podem se tornar antecipáveis, e o fato de sempre haver consequências não antecipadas não fornece uma razão para ignorar esforços para antecipar qualquer uma que possamos conceber. No caso das inovações que certamente vão ocasionar consequências de grande significado ético – aquelas que envolvem a manipulação do genoma humano, por exemplo –, a prudência (e a ética) demanda a exploração séria das consequências antes da implementação de uma inovação, e também a formação de regulamentos designados para conter os efeitos prejudiciais; e demanda também o monitoramento contínuo das consequências atuais depois da implementação, para que a inovação possa ser retirada de uso se for demonstrado que causa prejuízos não aceitáveis. O Princípio de Precaução nos diz que as inovações devem ser administradas dessa maneira.[13]

FILOSOFIA • Criamos – escreve Edward O. Wilson – uma civilização de Guerra nas estrelas, com emoções da Idade da Pedra, instituições medievais e tecnologia divina". Diante disso, por fim, como o senhor concebe o futuro da humanidade?

Lacey • O futuro da Terra será o resultado da ação coletiva humana. Não é algo determinado, e não pode ser antecipado em qualquer detalhe. Não é determinado que seja o resultado das trajetórias atuais das forças aliadas à inovação tecnocientífica, acompanhado dos valores do capital e do mercado. Pode ser esse o resultado; pode ser um desastre causado pelos desdobramentos dessas trajetórias; ou nem uma coisa nem outra. Todos nós temos responsabilidade com relação ao que o futuro será; e enfatizo a importância de acharmos maneiras de agir e colaborar uns com os outros para tentar criar um futuro que possa incorporar mais adequadamente os valores concernentes à justiça social, sustentabilidade, bem-estar de todos e democracia participativa. Eu não subestimo o poder dos interesses que impulsionam a trajetória dominante e as dificuldades envolvidas no desafio deles. Contudo, o futuro, que eu penso, digno de uma luta prolongada para se criar, é objeto de esperança. Se esse futuro vier a ser, será o resultado dos compromissos e das ações em colaboração daqueles cujas vidas expressem esses valores.

[1] LACEY, H. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano, Scientiae Studia 6, n. 3, 2008, p. 297-327
[2] LACEY, H. Reflections on science and technoscience, Scientiae Studia v. 10 (Special Issue), 2012, p. 103-128
[3] LACEY, H. Valores e atividade científica 1. São Paulo: Associação Filosófica "Scientiae Studia"/Editora 34, 2008; Valores e atividade científica 2. São Paulo: Associação Filosófica "Scientiae Studia"/Editora 34, 2010
[4] KRIMSKY, S. Science in the private interest: has the lure of profits corrupted biomedical research? Lanham: Rowman & Littlefield, 2003
[5] Rede de Tecnologia Social. Disponível em: http://www.rts.org.br/?set_language=pt-br&cl=pt-br
[6] HABERMAS, 2004, p. 86
[7] MORIN, 2001, p. 434
[8] SFEZ, 1995, p. 110
[9] P. ex., A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006
[10] LACEY, H. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano, Scientiae Studia 6, n. 3, 2008, p. 297-327
[11] ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. isponível em: http://www.embrapa.br/publicacoes/index_htm
[12] KNELLER, G. 1980, p. 263
[13] LACEY, H. O princípio de precaução e a autonomia da Ciência, Scientia Studia 4, n. 3, 2006, p. 373-392

ALEXANDRE QUARESMA é pesquisador de tecnologias e consequências socioambientais. É membro da Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente, vinculado à Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera e membro do Conselho Editorial de Ciência e Sociedade da Revista Internacional de Ciencia y Sociedad, do Common Ground Publishing. a-quaresma@hotmail.com. **Revista FILOSOFIA, Fevereiro de 2014.**

Legalizar as drogas (JEAN WYLLYS)

"A maioria dos usuários não vira dependente, faz uso recreativo. É preciso proteger um como liberdade individual e o segundo na perspectiva da saúde".

NOS ÚLTIMOS dias, veio à tona uma sentença do juiz Frederico Ernesto Cardoso Maciel, do Distrito Federal, que absolveu um homem que tinha sido detido pela polícia com 52 trouxas de maconha. Para o juiz, a proibição dessa droga é inconstitucional, já que a portaria do Ministério da Saúde que incluiu os princípios ativos da maconha na lista de entorpecentes ilícitos, deixando fora outras substâncias que também têm efeitos entorpecentes, carece de fundamentação técnica e científica — o que é verdade. O MP apelou e o caso será resolvido agora pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal em novo julgamento. "Soa incoerente o fato de outras substâncias entorpecentes, como o álcool e o tabaco, serem não só permitidas e vendidas, gerando milhões de lucro para os empresários dos ramos, mas consumidas e adoradas pela população. Isso demonstra que a proibição de outras substâncias entorpecentes recreativas, como o THC, são fruto de uma cultura atrasada e de uma política equivocada, e violam o princípio da igualdade, restringindo o direito de uma grande parte da população de utilizar outras substâncias", escreveu o juiz.

Ele merece ser parabenizado pela coragem, num país com governantes, parlamentares e agentes da justiça que calam a boca ou são cúmplices de uma política de guerra as drogas que só traz violência, preconceito, estigmatização e a morte de milhares de crianças e jovens pobres das favelas, além de interferir nas liberdades individuais.

O juiz deve saber que enfrentar a demagogia punitiva e a hipocrisia na questão das drogas é difícil. Na Câmara dos Deputados, eu enfrentei o projeto de lei de Osmar Terra (PMDB-RS) de "endurecimento" da política de drogas, que propunha piorar uma legislação que já é ruim. Contudo, infelizmente, só a bancada do PSOL militou contra. Entre outras aberrações, o que tem avançado nos últimos tempos no Brasil, além da violência que a "guerra às drogas" produz, é a internação compulsória de usuários, que significa um retrocesso na política antimanicomial brasileira e o aporte de dinheiro público em comunidades terapêuticas ligadas a instituições religiosas fundamentalistas que não contam com atendimento à saúde mental ou física, e, em alguns casos já registrados, submetem os pacientes a trabalho escravo. São pontos criticados oficialmente pelo TCU, Fiocruz, conselhos de psicologia e muitos outros órgãos, que não são ouvidos.

É preciso corrigir essas aberrações com urgência, que vão na contramão da revisão que outros países têm feito, substituindo a "guerra às drogas" por um tratamento na perspectiva da saúde pública e das liberdades individuais. No

vizinho Uruguai, a maconha foi legalizada; na Argentina, a Corte Suprema declarou inconstitucional a criminalização do consumo de drogas e do cultivo para uso pessoal, e até nos EUA, o presidente Obama fez recentemente declarações bastante sensatas, reconhecendo que a criminalização não é uma boa política. Mas no Brasil é difícil e, quando tem boas iniciativas - que mesmo sem chegar ao fundo do problema significam um avanço importante - como o programa para os usuários de crack implementado pelo prefeito Fernando Haddad em São Paulo, o "Braços abertos", elas são desqualificadas por setores da política e da mídia que, com uma grande irresponsabilidade, só defendem a repressão.

Eu sou a favor da descriminalização do consumo e sou radicalmente a favor da legalização de todas as drogas, porque acho que a única maneira de enfrentar o narcotráfico e toda a violência decorrente dele é legalizar. Essa é, aliás, a posição do PSOL, que tem um grande acúmulo e muita pesquisa e trabalho sério e comprometido sobre o tema. Estamos preparados para dar esse debate.

Para isso, precisamos ser claros, porque a questão das drogas está cercada de falácias e preconceitos. Existe o usuário, que faz uso recreativo, e o dependente, que é outra situação. Mas como diz Eduardo Galeano, "a culpa não é da faca". A maioria dos usuários de drogas não vira dependente, mas apenas faz uso recreativo, por isso é necessário distinguir o uso do abuso, proteger o primeiro como liberdade individual e tratar do segundo na perspectiva da saúde, ajudando o dependente, como se faz com o alcoólatra ou com aquele que abusa do Lexotan ou de determinados analgésicos ou antidepressivos. Pensemos no álcool: o abuso dele traz mais problemas à sociedade que o próprio crack, enquanto seu uso recreativo não traz problema algum, é socialmente aceito, faz parte da cultura, da religião e é até mesmo incentivado. Quase toda a população consome álcool, mas nem toda a população é alcoólatra! Da mesma forma, os usuários recreativos de maconha, cocaína, êxtase ou qualquer outra droga têm de ter sua liberdade respeitada: se alguém tem o direito de encher a cara num bar ou em casa, também tem o direito de fumar um baseado! Você nunca fez? Isso está dentro da liberdade individual, e a pessoa tem de estar consciente dos danos que aquela droga pode causar.

O cigarro (de tabaco) é a droga que mais mata e ninguém vai preso por isso! A gente pode criar uma política de prevenção aos males do fumo porque o fumo é legal, quem fuma hoje sabe que o cigarro pode provocar câncer de pulmão a longo ou a médio prazo, mas a pessoa tem o direito de fumar se ela quiser. Da mesma maneira, a gente só tem a lei seca e políticas para conter os danos do uso do álcool porque o álcool é regulamentado. E ambas as substâncias são produzidas de acordo com determinadas regras, com informação explícita sobre o seu conteúdo e princípios ativos e mecanismos de controle estatal que devem garantir a qualidade do produto, e são comercializadas dentro do circuito legal, com restrições sobre a quem, quando e onde podem ser vendidas. O mesmo deveria acontecer com a maconha e outras drogas atualmente ilícitas.

Por outro lado, as políticas de criminalização e combate, em todo o mundo, apenas reforçaram o poder das redes de crime organizado, já que estas se valem da corrupção do agente público para atuar livremente, com grande lucro. As drogas que hoje são ilegais, na prática, têm sua comercialização regulada pelo Estado de maneira informal, através das polícias e outros agentes do sistema. Falamos em uma economia paralela que seis anos atrás se estimava movimentar mais de 800 bilhões de dólares. Tudo isto apesar da repressão patrocinada por todos os países, principalmente os EUA. Foi nesse país que, entre 1920 e 1933, o fortalecimento da máfia se deu exatamente com a proibição do consumo e da venda do álcool, que não trouxe qualquer benefício para a população.

Há ainda toda uma série de consequências sociais das políticas atuais, que parecem ser ignoradas pela população mais abastada — cuja maior preocupação é a violência do usuário do crack e o fato de o filho ser abordado pelo traficante na saída do colégio —, e que influem diretamente na vida das comunidades mais pobres, que vivem à margem do Estado, como forma de higienização social. A forma como as crianças e adolescentes das comunidades são vulnerabilizados ao crime organizado pela ausência de interesse do Estado em lhes dar as mesmas condições de humanização e de vida com pensamento jamais será corrigida com políticas de repressão ao consumo de drogas! Muito pelo contrário, só piora!

Por último, a criminalização não produz qualquer benefício à sociedade nem sequer naquilo que implicitamente promete. Alguns ingenuamente ainda acreditam que a simples proibição impede que alguém faça uso de alguma substância, mas está provado que isso não acontece. O consumo de drogas não se reduziu pela criminalização, mas aconteceu o contrário. E o que temos, então, é crime organizado, violência, corrupção policial, insegurança, milhares de mortes, criminalização de jovens das favelas e das periferias, presídios lotados onde esses jovens têm seu futuro aniquilado e drogas de má qualidade vendidas de maneira informal, sem controle, a pessoas de qualquer idade, em qualquer sítio e sem pagar impostos. Tudo errado!

O caminho é outro. Legalizar o consumo é tirar o usuário recreativo da inútil marginalidade e estigmatização. Regular a venda e permitir a esse usuário que produza o suficiente para seu próprio consumo é reduzir a influência do traficante e, portanto, reduzir a violência, a criminalidade, a marginalidade e a morte.

O Brasil precisa mudar o paradigma. Hoje o País é um importante corredor do tráfico internacional, as redes de tráfico operam livremente no país, beneficiadas pela corrupção policial. Nas comunidades carentes, as crianças, sem educação e sem perspectiva, veem no tráfico uma forma de mobilidade social. E quem é preso é sempre aquele jovem que atua no varejo, nunca o grande traficante que alimenta a corrupção e a violência e leva o dinheiro para os paraísos fiscais. Ou seja, as políticas atuais jamais surtirão efeito, como hoje não surtem. Se avaliarmos a eficiência dessas políticas em relação ao dinheiro empregado nelas e os danos terríveis que causaram, o erro fica evidente.

O problema, como quase sempre, é a falta de coragem para bancar debates difíceis como esse. O mais fácil, sempre, é defender o *status quo*, se filiar aos discursos mais demagógicos ou se fazer de bobo. Mas a nossa função, como referentes políticos, é assumir riscos, inclusive eleitorais, para defender as ideias em que acreditamos e promover os debates que achamos sinceramente que o país precisa. E esse é um deles. Quanto mais tempo demorarmos, mais gente vai morrer inutilmente e mais jovens vão ter seu futuro trancado.

JEAN WYLLYS é Jornalista, escritor, mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, professor de Teoria da Comunicação da Universidade Veiga da Almeida e deputado federal pelo Psol- RJ e Deputado Federal pelo PSOL do Rio de Janeiro. **Revista CARTA CAPITAL, Fevereiro de 2014.**

Visita a Auschwitz (BAN KI-MOON)

A LEMBRANÇA do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto em 27 de janeiro –o aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz– acontece em um momento no qual, à nossa volta, há alertas para os perigos do esquecimento. Neste ano, assinalam-se duas décadas desde o genocídio em Ruanda. Conflitos na Síria, Sudão do Sul e República Centro-Africana assumiram uma dimensão perigosa. O fanatismo ainda percorre nossas sociedades. O mundo pode e deve fazer mais para eliminar o veneno que levou aos campos de concentração.

Visitei Auschwitz-Birkenau em novembro. Um vento frio soprava naquele dia, o chão sob os meus pés era rochoso. Mas eu tinha um sobretudo e sapatos resistentes. Meus pensamentos foram para aqueles que não tinham nem uma coisa nem outra: os judeus e outros prisioneiros que outrora povoaram o campo.

Pensei naqueles prisioneiros passando horas em pé, nus, num clima gelado, arrancados de suas famílias, seus cabelos rapados ao serem preparados para as câmaras de gás. Pensei naqueles que foram mantidos vivos apenas para trabalhar até a morte. Refleti sobre o quão insondável ainda é o Holocausto. A crueldade foi tão profunda, a visão de mundo nazista tão deformada, a mortandade tão calculada.

O campo de Birkenau parecia estender-se até o horizonte – uma vasta fábrica de morte. O Livro dos Nomes com a identificação de milhões de vítimas judias enchia uma sala, ainda que contivesse apenas uma fração do total, que também incluiu poloneses, ciganos, sinti, soviéticos, dissidentes, homossexuais, pessoas com deficiência e outros. Fiquei comovido com um vídeo mostrando a vida dos judeus na Europa em 1930 – refeições em família, idas à praia, performances artísticas, casamentos e outros rituais, todos barbaramente extintos com o único assassínio sistemático na história.

Não podemos construir o futuro sem lembrar o passado. O que aconteceu pode se repetir. Combater o ódio está entre as principais missões da ONU. Nossos mecanismos trabalham para proteger as pessoas. Nossos tribunais esforçam-se para combater fazer justiça. Nossos especialistas escrutinam o mundo para detectar indícios de crimes atrozes. O programa das Nações Unidas sobre o Holocausto vem trabalhando com professores e alunos de todos os continentes para promover os valores universais. Seu mais recente pacote ajudará a introduzir estudos nas salas de aula de países como Brasil, Nigéria, Rússia e Japão.

A poucos passos do crematório de Auschwitz, parei para refletir. Toquei numa cerca de arame farpado –já não eletrificada, mas ainda afiada e intimidante. Senti-me esmagado pela enormidade do que aconteceu e profundamente tocado pela coragem e sacrifício dos soldados e líderes que derrotaram a ameaça nazista. Minha esperança é que a nossa geração e as que virão evitem que tal horror volte a acontecer, e construam um mundo de igualdade para todos.

BAN KI-MOON, 69, é secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Foi ministro das Relações Exteriores e do Comércio da Coreia do Sul. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Impressões sobre a Lei Anticorrupção (PIERPAOLO BOTTINI e IGOR TAMASAUSKAS)

ENTRA em vigor hoje a Lei de Combate à Corrupção (nº 12.846/13), uma das iniciativas mais importantes do Legislativo nos últimos tempos. Os menos avisados podem se perguntar sobre o que há de novo, uma vez que a corrupção já era proibida em nosso ordenamento. Mas há uma diferença: em geral, as normas anteriores puniam apenas as pessoas físicas que cometiam a corrupção, deixando de lado a empresa, em regra a mais favorecida com o ato.

Agora, as empresas também serão responsabilizadas por atos de corrupção e outros similares praticados em seu benefício. A lei prevê penas duras, como multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto, vedação de contratar com o poder público e até a dissolução compulsória, uma "pena de morte empresarial". Talvez a inovação mais significativa – e polêmica – seja a previsão da responsabilidade objetiva da empresa. Com isso, a corporação será punida mesmo que seus dirigentes não tenham autorizado o ato ilícito. Basta que um funcionário parceiro, contratado ou consorciado tenha oferecido ou pago vantagem indevida a funcionário público, e as penas serão aplicadas.

Desde que a empresa seja beneficiada pelo ato, claro. Assim, se uma corporação contrata um serviço de terceiro para obter licença ambiental, e este pague propina, ambos serão punidos. A ideia do legislador é que a empresa cuide não apenas de sua probidade, mas também se assegure do comportamento ético daqueles com os quais trabalha. Claro que isso tem o limite do bom senso, dada a impossibilidade de se conhecer integralmente o caráter de seus parceiros ou

empregados. Mas a ideia é incentivar a corporação a desenvolver sistemas de controle internos que façam checagens periódicas sobre seus colaboradores, assegurando-se de que todos mantêm uma postura correta em relação ao poder público.

Nessa linha, a lei prevê a redução da sanção para a empresa que mantiver mecanismos internos de prevenção a atos ilícitos, códigos de ética, auditorias regulares e canais para denúncias. Busca-se, com isso, estimular o compromisso empresarial com uma cultura ética. Os impactos da lei já foram sentidos. É notável como boa parte das corporações revisaram ou criaram regras de boas condutas, estabeleceram padrões rígidos de comportamento e passaram a colaborar com investigações em suas dependências. Ao contrário de tantas leis que "não pegam", essa surtiu efeitos mesmo antes de entrar em vigor. É claro que existem problemas. A falta de critérios claros para a fixação das penas e a possibilidade de que a União, Estados e municípios apurem os fatos e apliquem sanções autonomamente podem gerar excessos e conflitos. Mas espera-se que os entes federados estabeleçam diretrizes para uma atuação harmônica. Do contrário, o Judiciário será acionado para garantir a razoabilidade na incidência da lei.

Criticas à parte, a lei é boa. Vale sempre lembrar que não se trata de norma penal. Não tem a contundência inútil da ameaça de prisão, mas a racionalidade de identificar os reais beneficiários do ato de corrupção e puni-los, afetando seu setor mais sensível: o faturamento. Ademais, ao prever a colaboração das empresas na identificação ou repressão aos ilícitos que possam ser praticados em seu benefício, o poder público faz uma espécie de prevenção geral positiva, forçando a incorporação de novos valores na organização corporativa.

Se tal estratégia é adequada, o tempo dirá. Mas criar dispositivos que incentivem a cooperação dos agentes privados parece mais eficiente do que a velha e fracassada política de aumentar penas ou transformar tudo o que incomoda em crime hediondo, como se isso, num passe de mágica, reduzisse o crime organizado a pó.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, 37, advogado, é professor doutor de direito penal da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (governo Lula). **IGOR TAMASAUSKAS**, 37, é advogado. Foi subchefe adjunto da Casa Civil da Presidência da República para Assuntos Jurídicos (governo Lula). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Eduardo Campos e a síndrome de Down (CRISTIANE SEGATTO)

O filho do presidenciável e a influência política na saúde

NA QUARTA-FEIRA (29), o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, usou o Facebook para anunciar que Miguel, o filho recém-nascido, tem síndrome de Down. É o quinto filho do casal. Renata, a primeira-dama, tem 46 anos. Mulheres jovens podem gerar bebês com a síndrome, mas o risco aumenta gradualmente com a idade. Aos 20 anos, a probabilidade de ter um filho com Down é de 1 para 1.600. Aos 35 anos, é de 1 para 370. Na idade de Renata, o risco é estimado em cerca de 1 para cada 100 nascimentos.

Como qualquer bebê nascido com essa condição, Miguel vai precisar de cuidados especiais. Pediatra especializado, fisioterapeuta, fonoaudióloga, acompanhamento da condição cardíaca etc. Com acesso a recursos e atenção, esses bebês têm totais condições de ter uma vida digna e feliz. Em muitos casos, o desenvolvimento é comprometido por falta de recursos. As famílias e associações de portadores da síndrome sabem disso muito bem. Não vai demorar para que elas enxerguem em Campos um padrinho estratégico. Foi assim com o deputado federal Romário (PSB-RJ). Desde o nascimento da filha Ivy, com síndrome de Down, Romário se aproximou da luta das famílias por saúde e outros direitos fundamentais. Recentemente, apresentou um projeto de lei que prevê a simplificação do processo de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica.

O apoio de padrinhos, patronos, aliados é fundamental na luta por visibilidade e verbas. Cada doença tem suas associações de pacientes e elas disputam nacos do orçamento público (a síndrome de Down não é uma doença, mas costuma acarretar problemas de saúde que exigem cuidados especiais). Não deveria ser assim, mas é assim que gente funciona. Só somos capazes de sentir a dor do outro quando ela se torna próxima e palpável. Não deveria ser assim, mas é assim que o Brasil funciona. Quase nada vai para frente sem um padrinho. Se ele for uma celebridade influente, é ótimo. Se for uma autoridade (com cargo no legislativo ou no executivo), melhor ainda. É natural que uma mãe batalhe por atenção e recursos para a questão que a aflige. É compreensível que o problema de cada um seja percebido por ele mesmo como o mais importante do mundo. Esse comportamento é o esperado de cada mãe. De quem administra os recursos públicos, espera-se isenção. O dinheiro da saúde precisa ser distribuído de acordo com critérios técnicos.

Um dos principais é o que avalia o custo de determinada intervenção e o benefício que ela é capaz de oferecer. O governo deve bancar um novo serviço ou tratamento se o dinheiro investido nele for pouco diante do tamanho do benefício e da quantidade de pessoas atendidas. Isso é feito com método. Um exemplo é a ferramenta que permite simular e prever o número de anos vividos com qualidade a partir da adoção de um novo medicamento ou tecnologia. Em países com sistemas de saúde mais eficientes que o nosso, as decisões são baseadas nesses estudos. É o caso do Reino Unido. O Nice, o órgão que faz as avaliações técnicas e diz ao governo se ele deve ou não adotar uma nova droga reivindicada pelos doentes, é

odiado pelas associações de pacientes. É frequentemente acusado de fazer avaliações frias e não levar em consideração o sofrimento das pessoas.

Por mais duras e impopulares que sejam essas avaliações, elas representam a forma mais justa de distribuir recursos limitados e de reduzir as iniquidades da saúde - tão presentes no Brasil. Apesar de todo preconceito contra elas, a matemática e a estatística podem ser grandes instrumentos de justiça social. Desde 2011, uma comissão que faz análises técnicas semelhantes às do órgão britânico aconselha o Ministério da Saúde sobre as novas tecnologias que devem ou não ser adotadas. É um bom começo. No Brasil, em todas as esferas de poder, as decisões de saúde (que deveriam ser técnicas) são altamente impregnadas pelo jogo político. O que vale é a projeção, a eleição, a reeleição. Se quisermos penetrar no submundo, há também a corrupção.

Nesse ambiente, o jeitinho, o telefonema, a comoção social costumam encurtar caminhos para quem busca a garantia ou a ampliação de direitos. Um padrinho influente é providencial. Crianças com síndrome de Down ou outras necessidades de saúde podem despertar nos pais uma disposição ímpar para o engajamento social e político. Não só isso. Cada pai e mãe reagem de um jeito. Cada família funciona a sua maneira. Não é incomum que o casal se sinta apreensivo ou desanimado logo após o diagnóstico ou depois do parto. Muitos passam pelas fases de negação, raiva e depressão. Até que surgem a aceitação e o entendimento. O importante, como menciona esse texto do Movimento Down, é se deixar conquistar pelo bebê.

A maioria dos pais supera a tristeza inicial quando o filho começa a interagir, sorrir e brincar. Aos poucos, ele conquista toda a família. A informação sobre a síndrome de Down é fundamental para acalmar as pessoas e fazer com que elas enxerguem todas as potencialidades do bebê que nasceu ou vai nascer. Além de começar a se interessar pelo jogo político, é hora de esquecer o rótulo associado à síndrome e conhecer a personalidade da criança. Muitas vezes, uma personalidade apaixonante.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Fevereiro de 2014.**

O Brasil deveria descriminalizar a maconha? Sim

O Novo Status da Maconha (ELISALDO CARLINI)

NO SÉCULO 19, medicamentos à base da maconha (Cannabis sativa L) eram disponíveis aos pacientes. Assim dizia o doutor J. R. Reynolds, médico da rainha Vitória da Inglaterra: "Em quase todas as moléstias dolorosas, eu achei a maconha ("indian hemp") a mais útil das drogas". Está escrito em famoso livro da terapêutica americana: "Cannabis é muito valiosa para o alívio da dor, particularmente aquela dependente de distúrbios nervosos..."

E a maconha usada como medicamento naqueles tempos não causava "graves" intoxicações. D. S. Snyder, ao examinar a literatura médica do século 19, diz: "É marcante que muitos relatórios médicos não mencionam qualquer propriedade intoxicante da droga". Raramente existia (se é que houve alguma) indicação de que pacientes – e centenas de milhares devem ter recebido Cannabis na Europa no século 19 – estivessem "chapados" ou mudassem sua atitude em relação ao trabalho, seus semelhantes, ou sua pátria.

Mas, na metade do século 20, a situação muda totalmente. "A maconha é uma droga totalmente viciante, merecendo o ódio dos povos civilizados", declarou o governo egípcio, em 1944. Na convenção de 1961, a ONU coloca a maconha, junto com a heroína, na classe das drogas com "propriedades particularmente perigosas". E a maconha passou a ser considerada "erva do diabo", satanizada que foi. Não importa discutir quais as razões, certamente pouco científicas, que levaram a tão esdrúxula situação.

Mas, a partir da segunda metade do século 20, o quadro começa a modificar-se, e a maconha renasce como poderoso medicamento para certas patologias médicas. A identificação dos princípios químicos ativos da maconha, a descrição segundo a qual o cérebro humano tem "receptores" para esses princípios, a surpreendente descoberta de que o nosso cérebro sintetiza uma substância capaz de atuar naqueles receptores (como se tivéssemos uma maconha produzida pelo nosso próprio cérebro, a anandamida) e a descrição de um sistema de neurotransmissão nervosa chamado de sistema canabinoide endógeno trouxeram um novo status científico para a maconha.

E mais: muitos trabalhos científicos clínicos foram feitos no mundo demonstrando claramente que a maconha tem boas propriedades terapêuticas (dores neuro e miopáticas; esclerose múltipla; náusea e vômito resultantes da quimioterapia do câncer; e mais recentemente epilepsia e dores terminais do câncer). E, ainda, recentes pesquisas epidemiológicas, seguindo milhares de usuários crônicos e até pesados da maconha, feitas em importantes universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido, cabalmente mostram que a maconha não afeta o desempenho cognitivo, não produz ganho de peso e não está associada a efeitos adversos da função pulmonar.

Como consequência final desses conhecimentos novos, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Holanda já têm medicamentos fabricados à base de maconha ou seus derivados. O medicamento fabricado no Reino Unido já foi aprovado pelos Ministérios da Saúde de 13 outros países (o último a aprovar foi a França) e é utilizado clinicamente, sob receitas, em mais de duas dezenas de outros países.

E todos esses fatos estão à disposição do leitor em cerca de um milhar de trabalhos científicos, sendo apoiados pelo "American College of Physician", "American Medical Association", Ministério da Saúde de Israel, Espanha, Itália etc. (para maiores detalhes, ver o trabalho de revisão "Cannabis sativa L (maconha): Medicamento que renasce?"). Até poderia ser dito que, para o opositor brasileiro do uso médico da maconha, à semelhança de uma pessoa ao ser confrontada com um documento que contradiz frontalmente sua superada convicção, declara: não li e não gostei!

ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI, 83, é professor titular de psicofarmacologia na Universidade Federal de São Paulo e pesquisador emérito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga do Ministério da Justiça. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

O Brasil deveria descriminalizar a maconha? Não

Cara ou Coroa? (ANA CECÍLIA ROSELLI MARQUES)

MUITO se tem falado por aí sobre o uso terapêutico da maconha e sua possível legalização no Brasil, após as mudanças de legislação ocorridas no vizinho Uruguai. Mas pouco se tem discutido, profundamente, a questão. O fato que parece estar esquecido é que a maconha é uma droga psicotrópica que causa dependência, uma grave doença do cérebro, e que cursa com muitas complicações.

É verdade que algumas pesquisas vêm sendo feitas, inclusive no Brasil, para entender a ação dos diferentes componentes da Cannabis sp e sua utilização como medicamento. Mas também é verdade que os resultados ainda não são replicáveis (aplicáveis). Isto é, para o controle da dor ou do apetite, por exemplo, substâncias já testadas devem ser aplicadas. Experiências com a maconha sem consentimento assistido (informações sobre todos os benefícios e malefícios) são a solução?

Estudos mostram que, além da dependência, o uso crônico produz bronquite crônica, insuficiência respiratória, aumento do risco de doenças cardiovasculares, câncer no sistema respiratório, diminuição da memória, ansiedade e depressão, episódios psicóticos e de pânico e, também, um comprometimento do rendimento acadêmico e/ou profissional. Por que optar por um caminho que oferece tantos riscos?

A Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas, a Abead, pesquisou sobre algumas experiências de descriminalização no mundo e elaborou uma síntese de evidências sobre os resultados. Foram eles: o aumento do consumo, a redução da idade de experimentação, a diminuição do preço de comercialização e, portanto, um aumento da disponibilidade e do acesso à droga e, pior, um mercado para turistas que pode trazer outros riscos sociais e de saúde. Por esses e outros motivos, é preciso debater muito mais antes de se alterar a lei ou mesmo propor medidas mais liberalizantes.

No Brasil, a percepção de risco relacionado à substância é muito baixa: a maconha é vista como uma droga leve, natural e que não faz tão mal, a despeito das respeitadas pesquisas já há muito publicadas que mostram um aumento significativo da taxa de doenças mentais entre os usuários quando comparados à população de não usuários da substância. Onde fica o direito humano, principalmente o do adolescente, à vida saudável, à saúde mental? Então, vale ainda mais uma pergunta. Se, em países desenvolvidos, a legalização trouxe consequências desastrosas, por que no Brasil, que enfrenta tantas outras dificuldades, como a falta de tratamento especializado, a falta de prevenção, uma política de drogas que precisa ser revista, tal impacto seria diferente?

Para além dos usuários e defensores de direitos individuais de usar drogas, e não daqueles que lutam pelos direitos coletivos, é preciso entender que existem "clássicos" interesses econômicos em um novo negócio. Foi assim com o cigarro, tem sido assim com a bebida alcoólica, e o método utilizado para conseguir tal empreitada tão perversa é o uso da ambivalência.

Vale a pena lembrar que a maconha não é um produto qualquer. É uma droga psicotrópica, mais uma entre tantas cujo consumo é preciso controlar, de impacto nas células humanas, na família e na sociedade. Não é possível fechar os olhos diante do jogo mercantilista. É preciso olhar firmemente para a situação da população brasileira, e não submetê-la a mais um fenômeno que não possui recursos para ser manejado. De que lado cairá a moeda?

ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES, 59, é psiquiatra e presidente da Abead (Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Bruce Dickinson: do metal às alturas, a receita do sucesso (ROGÉRIO SIMÕES)

O vocalista do Iron Maiden escreveu livros, pilota aviões e lançou uma cerveja. Na Campus Party, disse que é preciso ser especial para ser bem-sucedido

"Corram para as colinas! Corram por suas vidas!" Com esse refrão alarmista, o inglês Bruce Dickinson apresentou-se ao mundo, em fevereiro de 1982. A música, "Run to the hills", marcava sua estreia como vocalista do Iron Maiden e ajudou a fazer da banda britânica de heavy metal uma das maiores do gênero em todos os tempos. Naquele mesmo ano, Dickinson cantou ainda sobre o número da besta e invasores armados com machados. As letras assustadoras impressionavam menos

que sua voz. Comparado a seu antecessor no posto, Paul Di'Anno, Dickinson era um cantor de verdade, com fôlego e agudos capazes de lidar com plateias de dezenas de milhares de pessoas.

Tem sido assim há 32 anos, sem que a voz do Iron Maiden tenha perdido força – o que já representaria uma carreira admirável. Dickinson nunca se contentou em ser reconhecido apenas como brilhante animador de metaleiros. Paralelamente a suas conquistas no meio musical, tornou-se piloto de jatos comerciais, DJ e empresário, além de esgrimista respeitável. Tudo isso o habilitou a dar palestras sobre como ter sucesso nos negócios. Foi o que ele fez na Campus Party de São Paulo, na terça-feira, dia 28.

EMPRESÁRIO - Dickinson na sede da Cardiff Aviation, no País de Gales. Ele tem paixão pela aviação (Foto: Will Bremridge/Willbphoto.com)

O evento, tradicional encontro anual de amantes da tecnologia, tem um pouco de cultura pop em seu DNA – não faltam no mundo geeks que trabalham ao som de heavy metal. Mesmo de camisa e calça sociais, Dickinson, de 55 anos, podia se sentir em casa. Logo no início, provou ser uma mistura de artista e empresário, em que um ajuda o outro. À frente de uma foto sua num show, disse: "Se eu olhar para aquela plateia, são todos fãs do Iron Maiden, certo? Na verdade, eles são um pouco clientes. E sabem quando eles se tornam clientes? Quando a gente os sacaneia". Dickinson tentou explicar: "O cliente tem sempre uma escolha. Odeio clientes, eles podem ir para outro lugar. E você não quer que seu cliente vá para outro lugar, você quer que seus clientes sejam fãs". Se uma empresa tiver fãs, seus negócios serão muito mais sólidos. O artista Bruce ajuda o empresário Dickinson a estabelecer uma relação de admiração e compromisso entre uma marca e seu público.

Dickinson insistiu na ideia da dedicação como principal arma para o sucesso, que não costuma chegar aos complacentes. "O mundo dos negócios é como a vida no mar. Os peixes podem sentar parados na água e respirar. Tubarões precisam se mover. Mas aí ficam grandes, têm de comer bastante para viver, e o que eles comem? O peixe está lá, sentado, feliz, vem o tubarão e o come", disse Dickinson, por meio de uma simplista analogia biológica. "Esse é o mundo dos negócios, goste ou não." E como não ser engolido? "Se você está pensando em entrar nos negócios, precisa identificar onde está o valor naquilo que você faz, ou que sua empresa faz que é único e especial."

ROQUEIRO (Bruce Dickinson em show do Iron Maiden em 2013. Sua voz o tornou famoso mundialmente (Foto: Will Bremridge/Willbphoto.com)

Dickinson tem autoridade para falar. Adolescente, ainda não tinha ideia do que faria da vida. Respondeu fazendo quase de tudo, geralmente bem. Formou-se em história no Queen Mary College, em Londres. Durante o curso, dedicou-se mais a cantar rock. Já era famoso mundialmente com o Iron Maiden quando decidiu aprender a pilotar aviões, nos anos 1990 – mesma época em que publicou dois romances. Tornou-se comandante regular de Boeing 757 e pilotou as aeronaves que levaram o próprio Iron Maiden às turnês mundiais de 2008 e 2011 – pouco depois de sair do palco, Dickinson já estava na cabine de comando. Como empresário da aviação, abriu em 2012 a Cardiff Aviation Ltd, empresa de reparos de aeronaves. Entre 2002 e 2010, apresentou um programa de rádio na BBC. Apaixonado pela cerveja inglesa tipo ale, lançou no ano passado a Trooper, em associação com a cervejaria Robinson. A revista britânica *Intelligent Life*, do grupo The Economist, o incluiu numa lista de atuais polímatas, aqueles com um vasto leque de habilidades, ao lado do escritor Umberto Eco e do músico Brian Eno. Uma espécie de Leonardo da Vinci dos tempos atuais.

A variada carreira de Bruce Dickinson reforça algo que ele recitou aos presentes na Campus Party. Para Dickinson, não interessa o que se faça, mas sim como seja feito. "Não importa o que você pensa que esteja vendendo – computadores, carros, serviços –, você não está vendendo isso. Você está vendendo apenas uma coisa: um relacionamento com a pessoa que compra." A alternativa é ser engolido por tubarões – ou correr para as colinas.

ROGÉRIO SIMÕES é Jornalista e escreve para esta publicação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Amor imperfeito (IVAN MARSIGLIA)

A história da Miss Bumbum que se apaixonou por um paraplégico expõe o tabu que cerca a vida sexual das pessoas com deficiência

ELA DESCEU do elevador com as mãos trêmulas e o coração aos pulos. Tomou fôlego na portaria do prédio antes de entrar, de uma vez só, no carro estacionado em frente. Olhou para o homem atrás do volante pela primeira vez na vida e, sem dizer coisa alguma, o beijou. Dos dois, Rafael é quem adora sair à noite; Daiane é mais caseira.

O primeiro encontro de Daiane e Rafael não teria nada de extraordinário nesses tempos de amores incubados nas redes sociais. Afinal, os dois se conheceram pelo Facebook e combinaram em evitar com um beijo o constrangimento das primeiras palavras no mundo real. O extraordinário mora num detalhe – a diferença incômoda para uns, encantadora para outros: ela é Miss Bumbum e ele não move o corpo da cintura para baixo.

No último dia 24, o casal já contava oito meses de namoro quando uma foto publicada no site de uma revista de celebridades causou polêmica na internet. O texto registrava em tons glamourosos o acontecimento da noite: "Dai Macedo, vencedora do concurso Miss Bumbum 2013, comemorou seu primeiro aniversário como rainha da preferência nacional muito bem acompanhada. Com o namorado, Rafael Magalhães, ela usou um modelito curtinho ao marcar presença na casa noturna Outlaws, em São Paulo, e dançou muito na pista ao som do funk de MC Gui". Nos comentários da página, internautas manifestaram "opiniões" com o peculiar senso de humor que se ampara no anonimato: "kkkkk, coitado do cara só fica no desejo. ela é muito sacana", "ela tem muito fogo para se contentar com posições limitadas rsrsrs", "cadeirante kkkk tem treta isso... esse cara tem grana e chifre de rosca", "primeira vez que vejo um boi na cadeira de rodas", "o antena de televisão sentadinho e ela se acabando nos outros cômodos da casa", "essa menina é muito experta... puxa a capivara dela antes, cuidado para ela não engravidar a pensão será maior".

O que esses despeitados piadistas não sabem é que, quando Daiane e Rafael se conheceram, foi a diferença que a instigou. Ela conta (Rafael não deu entrevista; diz que prefere não se expor mais) que recém havia se mudado de sua Goiânia natal para São Paulo para defender a candidatura ao Miss Bumbum Brasil. Organizado há três anos pelo promoter Cacau Oliver, o concurso promove uma votação na internet com candidatas dos 27 Estados da Federação, de onde saem as 15 indicadas para a finalíssima, decidida por jurados em um hotel de luxo na cidade. A goiana de 26 anos montou seu

"comitê de campanha" no Facebook e adotou a política de aceitar todos os convites de amizade que marmanjos-eleitores lhe propusessem. Um deles foi Rafael, que só tinha fotos da cintura para cima em seu perfil. "Todo dia ele me escrevia no inbox, a conversa era até boa, mas sempre terminava com ele me convidando pra sair", lembra ela. "Eu pensava: 'Que cara enxerido! Só porque é bonito tá achando que vai me pegar?'." Apenas na enésima proposta ele enviou uma foto sentado na cadeira de rodas. Daiane conta que levou um susto, mas ficou curiosa. "Mulher adora uma história triste, né?" Aceitou. O resto você já sabe: ele foi buscá-la em seu Chevrolet Captiva adaptado para cadeirantes. Beberam, dançaram e terminaram a noite juntos.

"Muita gente não consegue imaginar que uma pessoa com deficiência tenha vida sexual", afirma o escritor e colunista do Estado Marcelo Rubens Paiva, cadeirante desde 1979, quando, aos 20 anos, fraturou a quinta vértebra cervical ao mergulhar em um lago. "A sociedade não consegue perceber esse cara como alguém que pode ser atraente, ter bom papo, ser bom de cama. Prefere vê-lo como doente, um coitadinho. Foi por isso que escrevi Feliz Ano Velho (lançado em 1981 pela Editora Brasiliense e relançado pela Objetiva). Para mostrar que um jovem nessas condições não deixa de ter sonhos, ambições e desejos."

Marcelo chama a atenção para o fato de que alguém pode estar numa cadeira de rodas pelas mais variadas razões – ser paraplégico, diabético ou amputado, ter paralisia cerebral, ter sofrido derrame. Condições com sequelas físicas totalmente distintas. "Pouca gente sabe, mas é só uma minoria dos cadeirantes que não consegue ter ereção." E diz ter sentido na pele o tipo de bullying que vitimou o namorado da Miss Bumbum: "Certa vez estava em um bar com a minha namorada e o colega de um amigo na mesa a elogiou para mim. Então, ele disse: 'Deus dá asas a quem não precisa'. Na hora, eu queria esganar o cara, mas percebi que a frase tinha saído tão automática que ele nem se deu conta".

Para a psicóloga e professora da Unesp de Bauru Ana Cláudia Bortolozzi, a sexualidade das pessoas com deficiência é tabu por associar um tema difícil em si – o sexo – a padrões preconcebidos de normalidade e complexos em relação ao corpo e ao desempenho na cama. "Esses comentários ocultam o fato de que pessoas que não tenham deficiências também têm dificuldades ou limites sexuais ao longo da vida", diz. No estudo Inclusão e Sexualidade na Voz de Pessoas com Deficiência Física (2011, Editora Juruá), a pesquisadora identifica nos relatos delas dificuldades de autoestima, com a estética ou o desempenho, mas também depoimentos que revelam "pessoas determinadas, alegres, satisfeitas com a vida, que fazem sexo, namoram e se casam". A conclusão é que as dificuldades enfrentadas por elas têm mais a ver com aspectos psicológicos e sociais que com as limitações impostas pela deficiência. Uma realidade retratada no filme As Sessões (2012), do diretor Ben Lewin, que rendeu uma indicação ao Oscar para Helen Hunt no papel da terapeuta que ajuda na iniciação sexual de um homem paralisado pela poliomielite.

Já para o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, Antônio José Ferreira, importa ressaltar a gravidade dessas "ofensas disfarçadas de 'brincadeirinhas' nas quais se reforçam estigmas e preconceitos da forma mais vil e cruel". Na opinião do secretário, que é deficiente visual, o Brasil carece de uma lei que criminalize esse tipo de agressão, embora as atuais políticas de cotas no serviço público e na iniciativa privada, além de investimentos em acessibilidade e educação, venham surtindo efeito.

Assim como o autor de Feliz Ano Velho, Rafael Magalhães perdeu os movimentos em um acidente. Foi em 2005, quando sofreu uma lesão na medula ao capotar o carro que dirigia sozinho e embriagado na volta de uma balada. O advogado de 31 anos, festeiro e praticante de esportes, tinha pouco mais de 20 à época – também como Marcelo. Ainda assim, após a reabilitação na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), se casou com sua namorada na ocasião e teve um filho, Lorenzo, hoje com 5 anos. Separado, tinha voltado a morar com os pais quando conheceu Daiane, mas

nunca abriu mão da autonomia com que circula e viaja desacompanhado, inclusive para o exterior. Dos dois, é ele quem adora sair à noite; ela é mais caseira.

Recentemente, foi encontrar a musa em Goiânia e conquistou também o coração da família. É o xodó de Nilza, avó materna e incentivadora dos talentos de Daiane desde menina. "Daiane Macedo Pina, perna grossa e canela fina", caçoava do nome completo e genética transbordante da neta. Gordinha na escola, a partir da adolescência se jogou na malhação nas horas vagas do trabalho no salão de estética da mãe, o Beleza Pura. O modesto estabelecimento alavancou as finanças da família ao oferecer um "bronzeamento com marquinha" inédito na cidade. "A gente colocava esparadrapo em forma de biquíni nas clientes antes de elas deitarem debaixo da lâmpada", ri Daiane, que com os dividendos pagou a faculdade de administração (hoje trancada) e deu entrada em um apartamento de 60 m² no ascendente bairro Jardim Amazônia que está acabando de quitar.

Foi vó Nilza quem levantou o moral de Dai Macedo (na numerologia escolhida pela representante de Goiás) quando ela voltou desanimada de uma das viagens a São Paulo. A moça tinha ouvido dizer que o Miss Bumbum era comprado, e a ganhadora, aquela que tivesse a maior poupança – no sentido bancário. "Minha filha, você vai ganhar esse concurso. Pra Deus nada é impossível", garantiu d. Nilza, com o conhecido fervor evangélico dos Macedos na vizinhança. Não deu outra. Se Deus ajudou, Daiane também se mostrou toda poderosa, do alto de seu 1,75 m, 65 cm de cintura, 88 de busto e brasileiríssimos 106 cm de quadril.

No dia 13 de novembro de 2013, ela pôs a faixa de campeã e saiu para comemorar com o namorado. "Ele sempre me apoia no que eu faço. Por incrível que pareça, a ciumenta da relação sou eu", confessa a miss, que já atirou o celular de Rafael pela janela do quarto andar por causa do assédio cibernético da concorrência. "As meninas caem em cima dele, morro de raiva." Ela, que se mudou definitivamente para a capital paulista e faz curso de apresentação de TV no Senac, tem outros planos para 2014. "Nunca fui tão feliz com alguém. O Rafa é tão inteligente, criativo. E, entre quatro paredes, me satisfaz totalmente. Às vezes ele entra no boxe do chuveiro para tomar banho comigo, ficamos sentados no chão, dando altas risadas." Até o fim do ano – apesar do show dos invejosos – os dois pretendem se casar.

IVAN MARSIGLIA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**